

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM HISTÓRIA

Laura Oeste

**AS DEMANDAS POR TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL DOS ANOS 1980
NAS PÁGINAS DO JORNAL PORANTIM**

Porto Alegre

2022

Laura Oeste

**AS DEMANDAS POR TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL DOS ANOS 1980
NAS PÁGINAS DO JORNAL PORANTIM**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre, 17 de novembro de 2022.

Resultado: aprovado.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ma. Marina Gris da Silva - FUNAI

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio.

Aos meus amigos Paulo e Luísa pela amizade.

Ao meu orientador, Prof. Luiz Alberto Grijó, por ter aceitado me acompanhar neste trabalho e o aceite da banca pelo Prof. Eduardo Neumann e a Ma. Marina Gris.

Gostaria de agradecer ao Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e a arquivista Vera Lúcia Santos dos Santos pelo acolhimento durante o estágio de bacharelado mesmo no período da pandemia, ajuda que resultou nesta escrita.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seus professores e servidores pelo ensino de qualidade e gratuito.

Eu não tenho a minha aldeia/ Minha aldeia é
minha casa espiritual/ Deixada pelos meus pais e
avós/ A maior herança indígena/ Essa casa
espiritual/ É onde vivo desde tenra idade/ Ela me
ensinou os verdadeiros valores [...].
Mas eu não tenho minha aldeia/ E a sociedade intolerante
me cobra/ Algo físico que não tenho/ Não porque queira/
Mas porque de minha família foi tirada/ Sem dó nem
piedade (POTIGUARA, 2004, p. 131).

RESUMO

O debate sobre os direitos dos povos indígenas foi intenso durante toda a década de 1980 no Brasil, no contexto de abertura política da ditadura brasileira e do processo da Constituinte. A partir disso, abordamos nesta escrita como as demandas pelas terras indígenas foram divulgadas pelo jornal *Porantim*, em matérias publicadas no período entre os anos de 1980 e 1988. Nosso objetivo foi mapear e refletir como o periódico articulou essa temática evidenciando quais abordagens foram utilizadas, os sujeitos envolvidos, entre outras discussões que se relacionam com o território. No geral, podemos argumentar que o jornal apresentou uma diversidade de questões envolvidas, nas quais foi possível acompanhar o desenvolvimento e participação de muitas visões presentes na produção escrita do periódico, como, também, perceber aspectos em comum nas publicações analisadas, tais como uma argumentação a partir do passado, o enfoque na denúncia, tentativas de diálogo com outros sujeitos subalternizados, entre outros assuntos.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Demarcações. Constituinte.

ABSTRACT

The debate on the rights of indigenous peoples was intense in the 1980s in Brazil, in the context of political opening and the Constituent National Assembly. In this analysis, discussed how the demands for indigenous lands were publicized by the newspaper Porantim, in publications from the 1980s to 1988. Our objective was to map and reflect on how the journal articulated this theme, showing the approaches used, the subjects involved, and other discussions related to the territory. We can argue that the newspaper presented a diversity of issues involved with the territory, in which it was possible to follow the participation of many visions present in the written production. We also noticed aspects in common in the publications, such as an argument from the past, the focus on denunciation, the dialogue with other subordinate subjects, among others.

Keywords: Indigenous peoples. Demarcation of indigenous territory. Constituent National Assembly

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - compilado de capas com destaque para a temática da terra.

Imagem 2 - charge na edição de abril de 1980.

Imagem 3 - capa interna da edição de janeiro/fevereiro e capa de novembro de 1982.

Imagem 4 - charge de 1986 sobre as demarcações.

Imagem 5 - compilado de capas com destaque para a Constituinte.

Imagem 6 - capas com destaque para as divergências com outros editoriais.

Imagem 7 - capa dezembro de 1982 e carta dos Mapuche.

LISTA DE SIGLAS

AHPAMV- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CSN – Conselho de Segurança Nacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

UNI - União das Nações Indígenas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CONTEXTOS, MÍDIAS E INDÍGENAS.....	17
2.1. Apresentação.....	17
2.2. O Porantim e seus integrantes nos anos 1980.....	22
3. AS DEMANDAS SOBRE TERRAS NO JORNAL PORANTIM.....	31
3.1. Apresentação.....	31
3.2. Panorama dos anos 1980.....	36
3.2.1. Mapeando o jornal: o ano de 1980.....	38
3.2.2. Os Anos de 1981 a 1984.....	46
3.2.3. A terra e a Constituinte: 1985-1988.....	54
3.3. Porantim versus outros jornais.....	62
3.4. O diálogo das discussões sobre terra com outras temáticas.....	67
3.5. A questão da terra no continente latino-americano.....	71
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
5. REFERÊNCIAS.....	78
ANEXO A.....	85

1.INTRODUÇÃO

Quando comecei a trabalhar na estrada, ouvi pela primeira vez o pessoal da Funai falar em fechar nossa floresta. Chamavam isso de demarcação. Diziam-me às vezes: “Vamos cercar a terra dos Yanomami e defendê-la. Se garimpeiros, colonos ou fazendeiros invadirem a floresta, vamos mandá-los de volta para o lugar de onde vieram! [...] Aqui é uma terra indígena. Depois da demarcação, eles nunca mais poderão entrar!”. Gostei muito dessas palavras. Disse a mim mesmo: “Isso é bom! Também eu quero que nossa floresta seja fechada, como dizem eles. Haverá uma barreira onde começa a terra dos brancos. Vai impedir a entrada de quem não queremos e deixará passar quem nós convidamos. O caminho da floresta vai ser nosso!”. Mais tarde entendi, porém, que aquelas palavras eram tortas e o pessoal da Funai não dizia tudo o que pensava. Diziam que iam fechar nossa floresta, é verdade. Mas o que queriam mesmo, e isso nos esconderam, era dividi-la em pedacinhos para nos prender neles (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 324).

[...] nossas famílias estão passando por um momento de tensão nas relações políticas entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas. Essa tensão não é de agora, mas se agravou com as recentes políticas introduzidas na vida do povo brasileiro, que estão atingindo de forma intensa centenas de comunidades indígenas que nas últimas décadas vêm insistindo para que o governo cumpra seu dever constitucional de assegurar os direitos desses grupos nos seus locais de origem, identificado no arranjo jurídico do país como terras indígenas (KRENAK, 2019, p. 37-38).

Os conceitos de terra, território e demarcação são complexos e alvos de disputas entre diversos sujeitos, tendo significações específicas para os indígenas. As colocações de Davi Kopenawa estão em seu livro *A queda do céu* (2015), dentro de um capítulo de título “Sonhar a floresta”, neste trecho, ele menciona as demarcações de terra realizadas na década de 1970 e suas muitas ambiguidades. No caso, trata da experiência que o indígena estava tendo com a noção de demarcação, de se familiarizar com a ideia do território Yanomami como um lugar fechado e delimitado com uma fronteira interétnica (2015, p. 658). Já o destaque de Ailton Krenak, do seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), estão organizadas em capítulo chamado de “Do sonho da terra”, com uma proposta mais reflexiva em relação a demandas atuais, dos anos 2000, relacionadas com o direito as demarcações de terra garantido pela Constituição de 1988. Ambas as colocações dialogam com o poema de nossa epígrafe, escrito por Eliane Potiguara (2004), que fala sobre a perda de seu território.

Como podemos observar, a demanda por territórios tem um importante espaço na produção intelectual escrita por indígenas. Nesse contexto, dos anos 1970 e 1980, também podemos perceber que a terra é alvo de disputas e diferentes entendimentos sobre como as demarcações são importantes na garantia de direitos territoriais, mas, ao mesmo tempo,

possuem contradições com a ideia de território dos povos indígenas. Nisso podemos nos perguntar: como essas questões foram apresentadas para a sociedade nesse período histórico?

Ao longo de minha trajetória acadêmica tenho abordado a história indígena no período colonial, e tanto na leitura da documentação primária como da bibliografia de apoio, a disputa pelos territórios nos quais viveram e vivem as populações indígenas é uma constante ao longo da história do Brasil e América Latina. Outra motivação, é a minha experiência como professora na educação básica, onde encontrei um cenário bastante semelhante ao da minha experiência de aluna, de ausência da história indígena, seja nos livros disponibilizados, da parte dos alunos ou de alguns colegas. No geral, nas escolas, os indígenas fazem parte apenas de um passado distante colonial, mostrando a importância das pesquisas e divulgação destas em outras temporalidades.

A ideia inicial desta pesquisa era abordar a questão das terras indígenas em jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul no período próximo da Constituição de 1988. Porém, ao realizar um levantamento prévio das fontes, em periódicos como o jornal *Correio do Povo*, me deparei com poucas matérias sobre as populações indígenas no Estado, sendo que boa parte dos textos eram acerca de terras indígenas e conflitos na Amazônia, existindo grandes lacunas de tempo sem nenhuma menção a essas populações e, quando tinham, eram notas sucintas que mal identificavam a etnia ou outras informações. Encontrei um cenário diferente ao realizar o estágio de bacharelado no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, onde me deparei com uma coleção dos anos 1980 do *Porantim*, do qual conhecia apenas as edições mais recentes. Ao consultar informações sobre, descobri que o CIMI¹ tinha um repositório digital com edições antigas desde 1978, que complementavam as datas que faltavam no arquivo. Nisso, percebi que a partir deste jornal, era possível realizar uma pesquisa mais profunda da questão da terra indígena, tanto antes como depois da Constituição. Devido ao tempo de um trabalho de conclusão de curso, optei por recortar apenas o período anterior a Constituição, contemplando os anos 1980 até 1988.

Com a Constituição promulgada em 1988 e a inclusão de cláusulas específicas para os direitos dos povos indígenas, o debate sobre o direito ao território e sua demarcação foi intenso durante toda a década, em que observamos uma movimentação e consolidação dessa temática. Dedicar-se a analisar o jornal pode contribuir para enriquecer o panorama dessas reivindicações que até hoje são pautas para as populações originárias. Portanto, diante do

¹ Conselho Indigenista Missionário, entidade ao qual o jornal é vinculado.

colocado até aqui, nosso problema de pesquisa consiste em entender como o jornal indigenista Porantim apresentou e articulou as demandas indígenas por terras ao longo do período dos anos 1980. Sendo nosso objetivo geral: mapear e refletir sobre como as demandas por território foram veiculadas pelo jornal até o ano da Constituinte, de 1980 até 1988.

Organizamos os objetivos específicos da seguinte forma:

- Compreender a organização do Porantim no contexto dos anos 1980.
- Mapear como o jornal articulou as questões envolvendo as terras em suas matérias, partindo de quais abordagens e sujeitos se destacaram nas discussões ao longo do período analisado.
- Analisar como as questões colocadas acima foram desenvolvidas no periódico.
- Entender que outras temáticas de interesse dos povos indígenas podem ter sido articuladas nas discussões presentes nas reivindicações pelos territórios.

Sobre as nossas fontes, foram utilizadas as edições do Porantim publicadas entre os anos de 1981 e 1985 disponíveis no acervo da hemeroteca do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV). No arquivo os jornais estão encadernados em quatro livros, tendo disponíveis as edições de janeiro a dezembro os anos de 1981, 1982, 1983 e 1985. As edições dos anos de 1980, 1984, 1986, 1987 e 1988 foram consultadas na hemeroteca do próprio jornal, disponível no site do CIMI. Eles também disponibilizam um volume em formato de “roteiro de pesquisas”, que possui um índice por assuntos gerais, interessante para selecionar as temáticas necessárias e palavras-chaves ao longo da análise do jornal. Como complemento, serão utilizadas entrevistas com alguns de seus colaboradores encontradas em diversos meios.

A publicação circula desde 1978 até hoje, tendo como responsáveis o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), este ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O jornal é em preto e branco e possui em seus volumes textos, fotografias, mapas, charges. Inicialmente os exemplares possuíam vinte páginas, mas com a mudança da sede de Manaus (AM) para Brasília (DF), em março de 1982, no número 37, seu formato de diagramação também se transformou, diminuindo para dezesseis páginas e, em 1985, começa a ter as primeiras imagens em cores nas capas. A periodicidade é mensal, porém as edições de janeiro e fevereiro assim como as de junho e julho formam um só exemplar (PORTO ALEGRE, 2011, p. 80-81).

Em relação ao nosso recorte temporal, este trabalho está inserido no contexto das aberturas políticas das ditaduras na América do Sul, que como coloca o historiador Francisco Silva (2007, p. 245-246), nas décadas de 1960 e 1970, se multiplicaram em diversos países com características próprias, mas em comum a violação aos direitos humanos. Na década de 1980, essas ditaduras entraram em crise e foram se desenvolvendo processos de aberturas políticas. No contexto da redemocratização, é importante analisar a história recente desses acontecimentos visando evitar o esquecimento utilizado politicamente contra a democracia, estabelecendo seus atores sociais e condicionamentos, assim como compreender as próprias ditaduras e seu estabelecimento. O pesquisador pontua, entre várias questões, que devemos considerar a multiplicidade de atores e lugares de fala envolvidos na memória desses anos. Nossa análise visa dialogar mais diretamente com esta última questão, abordando os sujeitos envolvidos na promoção e lutas dos direitos indígenas no processo da Constituinte.

Acerca da utilização de jornais como fonte de pesquisas históricas, recorreremos a algumas colocações gerais sobre imprensa da historiadora Maria Helena Capelato (1988, p. 13-14), nas quais a pesquisadora defende os periódicos como uma valiosa fonte de estudos para uma determinada época, aspecto que supera algumas colocações historiográficas veiculadas no século XIX e início do XX, que a tinham como um objeto suspeito e de pouca importância, mudança que aconteceu em diálogo com a crítica realizada pelos historiadores ao documento/verdade (escola dos *Annales*). Capelato organizou algumas perguntas de base para ajudar na compreensão no papel do jornal e a delimitação dos caminhos da pesquisa, tais como: quem seriam seus proprietários? Quem era seu público? Quais eram os objetos e recursos utilizados para conquistá-los? Em linhas gerais, o objetivo dos donos dessas publicações sempre esteve de acordo com a conquista de adeptos a suas causas, sejam elas no âmbito empresarial ou político, e poderia contar com múltiplos recursos para alcançá-los. Particularmente na grande imprensa os interesses de lucro e políticos se mesclavam em uma única coisa (CAPELATO, 1988, p. 15).

Para a pesquisadora acima, o trabalho que se utiliza da imprensa como fonte necessita de um cuidado metodológico mais rigoroso, trazendo uma abordagem adequada para a fonte com uma reflexão teórica adequada. Sem isso, para Capelato (1988, p. 23), a análise se transforma em uma repetição do que foi escrito no jornal com a desvantagem de não utilizar os mesmos atrativos de narração. Diante disso, trataremos de forma breve, algumas questões que ajudaram a embasar a escrita.

Acerca dos cuidados e abordagens na utilização de jornais e revistas como fontes, a historiadora Tania de Luca (2008, p. 118) realiza diversas ponderações gerais a partir de sua pesquisa com a *Revista do Brasil*, entre os anos 1920 e 1940, que são interessantes para nossa escrita. A pesquisadora pontua como os conteúdos não devem ser separados do seu contexto de produção, formado pelas condições materiais ou técnicas envolvidas no lançamento, objetivos, público-alvo, relações com o mercado. Todas essas questões são necessárias para compreender o próprio jornal, como o formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa, periodicidade, perenidade e lugar da publicação, presença ou ausência de material iconográfico, padrões estéticos, entre outros elementos. Também a estrutura interna do periódico e suas transformações ao longo do tempo refletem disponibilidades técnicas e de valores, e necessidades sociais. Para De Luca ainda é necessário entender as pessoas envolvidas, desde os responsáveis aos diversos colaboradores envolvidos, já que um jornal geralmente é um projeto coletivo, por isso a importância em se analisar as escolhas de títulos e textos que mostram as intenções e expectativas envolvidas.

As historiadoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007, p. 253-270) em um interessante artigo pontuam que o uso da imprensa como fonte deve ser considerado como um documento monumento, o qual devem ser incorporados na análise certas subjetividades e intencionalidades envolvidas na produção. Para as pesquisadoras muitos trabalhos realizados ainda carecem de procedimentos que tratem as fontes da imprensa de forma adequada, pois os jornais ainda são apresentados de maneira muito objetiva e deslocados de suas “tramas históricas nas quais se constituem” (p. 256). Esse procedimento leva ao deslocamento de notícias específicas de determinados movimentos para uma narrativa geral de como esses movimentos aconteciam em determinado recorte histórico. Nesse contexto, as autoras sugerem uma abordagem crítica na historicidade da imprensa, principalmente, nas explicações relativas à sua formação como instituição central na vida moderna. Fugindo-se assim, de uma história de perspectiva linear agregada a grande história política e social atuais. A reflexão sobre essa historicidade traz uma problematização da imprensa e suas articulações com o movimento geral e conjunturas específicas durante a sua formação e consolidação dentro do poder burguês moderno. Ou seja, é necessário compreender a imprensa como uma força ativa da história no capitalismo além de mero registro de eventos. O objetivo dessa abordagem propicia trazer para a pesquisa os desdobramentos teóricos/metodológicos e a articulação ao campo de lutas sociais de seu interior (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 257).

Seguindo com nosso apoio teórico, durante a leitura da documentação, percebemos a necessidade de dialogar com alguns estudos sobre memória. Especialmente nas matérias que envolvem as discussões sobre o território e as demarcações, o Porantim em seus escritos mobilizou uma argumentação que retoma problemáticas desde o período colonial, ao que nos parece, como uma tentativa de legitimar e contextualizar as situações das populações indígenas apresentadas em suas páginas, relacionado questões do passado com a situação contemporânea do objeto narrado, a partir de cronologias que poderiam ser diretas sobre determinado povo ou de fatos históricos mais gerais, podendo considerar em alguns momentos todo o território do continente americano. Essa escolha dialoga com nossos objetivos de compreender a forma pela qual o jornal articulou e justificou suas abordagens sobre as demandas indígenas.

Alguns estudos como os da historiadora argentina Ludmila Catela (2017, p. 426-442), sobre a ditadura militar na Argentina, colocam uma distinção da temporalidade acerca do passado organizada em dois tempos, a memória longa e a memória curta. A autora investiga as relações e distinções entre essas formas, percebendo as tensões dos relatos que mobilizam uma memória oral e o domínio escrito. Para ela é neste olhar ao passado com a percepção das divergências entre esses dois tipos de memórias, que são vislumbradas as resistências e estratégias dos sujeitos com menos capital econômico e simbólico e suas formas de colocar/impor os seus relatos no meio social. Catela explica que a violência do Estado nesses contextos, pode ser vista pela memória local (curta) dentro de uma continuidade, diferente do panorama que coloca a experiência da ditadura argentina como uma ruptura.

Essa última questão de Catela (2017) é interessante para se pensar sobre os povos indígenas no Brasil e uma continuidade na abordagem violenta e assimilacionista no período colonial, imperial e republicano. Mas para pensar nas experiências das populações originárias e a mobilização de memórias, encontramos no trabalho da pesquisadora boliviana de origem aimará Silvia Cusicanqui (2010), muitas possibilidades de diálogo. Na análise de seu livro *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara e quechwa 1900-1980*, publicado originalmente em 1984, ela também articula dois tipos de memória em um horizonte teórico. A partir do que ela denomina de um “horizonte histórico de memória coletiva”, que olha para atrás ao mesmo tempo que para frente, organiza-se um duplo código, de memória curta, organizada com base nas insurreições populares na Bolívia de 1952, e outra longa, que retoma as lutas anticoloniais do século XVIII em torno da figura de Tupac Katari².

² Tupac Katari foi o líder aimará de uma rebelião contra o poder colonial hispânico em 1781. A repressão por parte da coroa espanhola foi violenta e simbólica, com o desmembramento e o enterro dos membros em

Na análise da luta campesina indígena dos anos 1980, a pesquisadora realiza uma abordagem reflexiva de como essa memória coletiva vai se manifestar nos vários grupos étnicos, regionais e geracionais envolvidos.

As colocações das autoras Catela (2017) e Cusicanqui (2010), sobre uma dupla organização da memória, são úteis para trabalhar a maneira como o jornal colocou em suas matérias esse posicionamento a partir do passado, que também está presente nas matérias que incluíram trechos de falas dos povos indígenas entrevistados pelos jornalistas, e fazem parte praticamente de todos os textos analisados nesta escrita.

Acerca das divisões dos capítulos. No primeiro serão abordados de maneira geral os contextos envolvidos nesta pesquisa, desde questões mais gerais dos anos 1980 e a imprensa, mas, principalmente, dos envolvidos na produção do Porantim. No segundo nos dedicaremos a análise do jornal em si e como as demandas por terras aparecem em suas páginas. Organizado em tópicos, o primeiro visa apresentar algumas observações sobre o jornal, o segundo traz um panorama dos anos 1980, dividido em três partes (o ano de 1980, de 1982 a 1984 e de 1985 a 1988), contemplando as peculiaridades de cada período. Seguimos com subcapítulos que abordam: as discussões do jornal com outros editoriais, intersecções das discussões sobre terra com outras temáticas, a questão da terra no continente latino-americano a partir da análise da seção Ameríndia.

Sobre a grafia do nome dos povos indígenas, foram mantidas de acordo com a apresentada no jornal. Em nosso texto, aparece uma diversidade significativa de povos indígenas, portanto, no final do trabalho, colocamos em anexo o mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, elaborado por Curt Nimuendaju em 1944 (versão atualizada pelo IBGE), no qual podemos localizar vários dos povos mencionados nas páginas do jornal. O material está em boa resolução, sendo possível ampliar a imagem para melhor visualização.

diferentes locais da vila de *Ayo ayo*. Sua trajetória se mesclou com diversos elementos míticos, como promessas de um mundo mais justo e o crescimento de seus membros nos locais onde foram enterrados (CUSICANQUI, 2010. p. 102-103).

2. CONTEXTOS, MÍDIAS E INDÍGENAS

2.1. Apresentação

Acerca do momento histórico que esta análise aborda, este é compreendido como uma transição da ditadura militar para o poder civil, em que observamos várias ambiguidades e resquícios do período ditatorial. A política de uma abertura controlada foi iniciada em 1975, pelo governo do general Ernesto Geisel, por meio de um pacote arbitrário de medidas que beneficiava a presença da Arena (Aliança Renovadora Nacional) no espaço político. Em 1979, com a intenção de enfraquecer a oposição formada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), era realizada uma reforma partidária responsável por criar cinco novas agremiações para as eleições de 1982³, que conquistaram a maioria no Congresso Nacional. Do ponto de vista econômico, o final do governo militar contava com um complexo industrial avançado, mas com o fracasso do setor, com crises de inflação que afetavam o cotidiano da classe média e dos assalariados, descontrole de preços, deterioração das contas públicas, recessão e desemprego (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 468-471).

Importante pontuar que, como coloca o historiador Francisco Silva (2007, p. 252-254) o processo de redemocratização brasileiro estava em um amplo contexto externo, desde o colapso e crise vividos pelas ditaduras dos países sul-americanos nos anos 1980, como a influência de questões externas, tais como a ascensão de Jimmy Carter nos EUA com críticas a partidos únicos, interferência do Estado na economia, liberdade de expressão e denúncias de políticas de repressão; e também as crises políticas do socialismo real no Leste Europeu, como ainda outros condicionantes externos, formados pela crise e recessão da economia mundial.

Em relação a oposição e sua participação durante a redemocratização, ela foi diversa incorporando vozes variadas da sociedade e pressionou os ritmos da transição. Sobre os atores desse processo, o período contou com uma sociedade civil muito organizada, formada por sindicatos, a Igreja, a imprensa, os artistas e universidades, que influenciaram a abertura com seu papel crítico como também a própria atuação do MDB no jogo político, que precisou ter um posicionamento mais firme. Esse “elenco” de participação teve seu auge no período da

³ São elas: a reformulação do MDB para Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a Arena reorganizada no Partido Democrático Social (PDS), o governista Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e as oposições Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 469).

campanha das Diretas Já, incorporando a rua no processo de negociação política em torno da democracia. Também se destacaram entidades atuantes da sociedade civil como a ABI, a OAB e a CNBB (SILVA, 2007, p. 255-265). Nesse contexto, movimentos de minorias políticas se fizeram ouvir pela circulação de publicações próprias, de pequeno porte, com um posicionamento comum de crítica à ditadura e chamada de imprensa nanica, devido a tiragem, ou alternativa, devido ao contraste com os grandes editoriais. Elas multiplicaram-se entre os anos 1964 e 1980, com diagramações e textos inovadores, e uma diversificação de temáticas e pontos de vista (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 473-474).

Realizando uma contextualização sobre a mídia, mais especificamente os meios impressos, como no caso do jornal. Alguns pesquisadores o colocam como produto da experiência social e histórica, em que a forma e conteúdo, convenções do que é ou não aceitável foram negociadas social e culturalmente no espaço de “fazer imprensa” em determinado momento. A partir disso, destacaram-se algumas configurações assumidas historicamente pela imprensa desde o século XIX, que agem ativamente nos processos de hegemonia social, tais como: influência na adesão ou dissenso; articulação e disseminação de projetos, ideias, valores comportamentos; produção de referências para a memória social; produção do esquecimento pela repetição, a naturalização do inusitado no cotidiano; alinhamento da experiência global do mesmo tempo, formação da visão imediata de realidade, formação do consumidor. Em geral as mídias em suas atuações delimitam espaços temas, mobilizam opiniões, adesões ou consensos. Ela também pode articular diferentes posicionamentos sociais que produzem hegemonia, relacionando questões sobre temporalidades em diagnósticos do presente, memórias de sujeitos, eventos ou projetos com o intuito de relacionar presente e passado a perspectivas de futuro (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 258-259).

Portanto, sobre a imprensa como nosso objeto de análise, esta necessita de uma abordagem que contemple sua cronologia no Brasil. A historiadora Maria Helena Capelato (1988) expõe em seu livro *Imprensa e História do Brasil* a historicidade dessa mídia no país, mais especificamente dos jornais. Acerca da temporalidade que dialoga com a nossa análise, para a década de 1960, durante o período muitos jornais sofreram censura, especialmente depois do Ato Institucional nº5 (13/12/1968), tendo início a censura prévia que castigou mais a imprensa alternativa com punições constantes; já para outros jornais foram utilizadas listas de interdições, comunicados ou telefonemas. Como resposta, alguns periódicos denunciavam a censura por meio de estratégias como trechos de literatura, desenhos ou poemas com

dupla significação; contudo, muitos fecharam devido a repressão e dificuldades econômicas relacionadas a influências políticas. Mesmo assim, alguns jornais conseguiram se beneficiar da situação em troca de apoio ao governo, o que os possibilitou uma expansão de suas empresas. No final da década de 1970 muitos que apoiaram a ditadura e defenderam a abertura política, se distanciando do governo, apoiando posteriormente a campanha pelas eleições diretas no início dos anos 1980 e comemorando a transição “moderada” com Tancredo Neves em 1985, mas excluindo dos jornais menções à participação popular (CAPELATO, 1988, p. 53-58).

A parti daqui, pretendemos focar nos povos indígenas no nosso contexto de análise. Contudo, ao consultar as pesquisas em história indígena, percebemos que os discursos midiáticos se misturam muitas vezes com os do Estado, no qual também encontramos poucas pesquisas específicas que abordassem como os povos indígenas eram retratados nos jornais do período. Nosso objetivo é trazer quais discussões e narrativas predominavam no período, como forma de entendimento ou contraponto ao que encontraremos na análise do jornal *Porantim*.

Segundo a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1994), no artigo *O futuro da questão indígena*. a partir dos anos 1980 constatou-se que as populações indígenas retomaram o seu crescimento populacional, contradizendo uma ideia bastante disseminada até o momento sobre seu possível desaparecimento. Esse aumento estava relacionado a diversos fatores, entre eles uma recuperação demográfica natural após os contatos com o homem branco e também a reivindicação de uma identificação étnica dos povos indígenas, sendo este último fator de um impacto demográfico menor, alimentando a noção errônea de que os indígenas teriam “perdido” sua cultura. Como explica a pesquisadora, em muitas áreas de colonização antiga os indígenas ocultaram sua condição étnica, como uma forma de sobrevivência à discriminação. Devido a isso, a concentração populacional indígena localiza-se na Amazônia porque a região permaneceu durante muito tempo à margem dos surtos econômicos e avanço colonial. Ainda durante o século XIX, as terras dos aldeamentos já tinham sido incorporadas aos poderes locais com uma justificativa parecida, a de inexistência ou assimilação desses indígenas. Assim, na década de 1980, surgiram diversas etnias que reclamavam seus territórios e enfrentavam embates violentos e legais em torno do reconhecimento de uma identidade indígena, que muitas vezes, estava relacionada a uma visão estereotipada do que era ser “índio” (CARNEIRO DA CUNHA, 1994, p. 124).

Acerca deste último ponto, a disseminação de teorias sem fundamento e estereótipos sobre essas populações foi recorrente ao longo da história, no caso dos anos 1980, circularam discursos que relacionavam os indígenas como representantes de interesses internacionais nos recursos minerais locais ou sobre o tamanho exagerado de terras indígenas. Para a autora essa alegação é ridícula em um país de latifúndios que somam quase 50% do território. Como exemplo, a antropóloga cita a Madeireira Manasa que em levantamento do INCRA de 1986, possuía 4 milhões e 140 mil hectares (área maior que Bélgica e Holanda juntas). A mesma empresa somava mais meio milhão de hectares em outras regiões do Brasil. Para comparação, em 1993 as áreas indígenas somavam 10.52% do território nacional com 895.577, 85 km² (CARNEIRO DA CUNHA, 1994, p. 125-126).

Trazendo uma visão mais panorâmica e em diálogo com as experiências de outros países latinos, que se faz muito presente na escrita do jornal, os discursos pautados em justificativas civilizatórias e colonizadoras sobre os povos indígenas nas Américas foram variadas ao longo do tempo. Ao analisar as transformações culturais nas sociedades ameríndias relacionados aos processos coloniais e estatais nas Américas (espanhola e portuguesa), para compreender de maneira aprofundada e crítica esses processos, o historiador mexicano Federico Navarrete Linares (2015) realiza um panorama das perspectivas vigentes sobre essas mudanças culturais acerca dos povos nativos, ao longo do período colonial e pós-colonial. Essas teorias existiram (e existem) como uma maneira de organizar as práticas de determinados agentes sobre os indígenas, em diálogo com as necessidades e objetivos dos poderes dominantes do momento, inclusive colocando os próprios historiadores (nós) e antropólogos atuais como participantes disso. O autor organiza e identifica algumas constantes que predominaram e foram alvos dos programas de mudanças: para o século XVI, a religião; século XVIII, a língua; no século XIX e XX, o corpo e os hábitos; e fins do XX e início do XXI, o conhecimento tradicional (2015, p. 38-39).

No caso desse último período, que corresponde ao nosso recorte temporal, o pesquisador relaciona a valorização desse conhecimento de forma crítica, como uma supervalorização desse tradicional como uma resposta às políticas de transformações culturais anteriores que dialogavam com uma ideia antropológica de aculturação. Em finais do século XX, foram veiculadas explicações generalizantes para as tomadas de decisões efetuadas pelos povos indígenas, que não explicavam de maneira profunda as complexas relações entre estes e os poderes coloniais. Essas posturas analíticas levam a uma supervalorização de uma suposta autenticidade cultural, identificando elementos culturais entendidos como pré hispânicos

como superiores a elementos considerados exógenos ou impuros. Essas interpretações podem ser perigosas, pois concebem os indígenas como homogêneos e isentos de contradições (NAVARRETE LINARES, 2015, p. 29-33). A argumentação realizada pelo autor dialoga com a colocação de Carneiro da Cunha (1994, p. 124) para o Brasil, acerca dos problemas envolvidos no reconhecimento da identidade étnica dessas populações, que eram pautados em uma ideia estereotipada de “indianidade”, que às vezes poderia ser promovida por sujeitos diversos, desde os opositores aos direitos indígenas como os especialistas interessados em ajudar.

Sobre o movimento indígena e as mobilizações por terra nos anos 1970 e 1980, os antropólogos João Pacheco de Oliveira e Carlos Freire (2006, p. 187) no livro *A presença indígena na formação do Brasil*, no qual trazem um panorama histórico de longa duração da história indígena no Brasil, destacam a visibilidade de ação política que construiu para além da política indigenista oficial, novas formas de cidadania. Nesse contexto, as demandas por território foram destaque, como também o envolvimento do CIMI. A entidade promoveu de 1974 até 1983, dezesseis Assembleias nacionais de povos indígenas nos Estados do Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul, Amapá, Roraima, Mato Grosso do Sul, Goiás, Sergipe, Amazonas e Distrito Federal. Os encontros aconteceram durante a ditadura e contaram com algumas dificuldades em que o governo militar impedia a participação e, em alguns casos, até a realização. As lideranças apoiadas pelo CIMI eram as que se relacionassem melhor com a sociedade nacional, o que diferenciava da escolha tradicional das comunidades. Aspecto que foi mudando conforme avançou as articulações entre os próprios indígenas (2006, p. 188-190). As assembleias que aparecem no jornal em nosso segundo capítulo são duas no ano de 1980, em Manaus e Brasília, e uma em 1983, em Kumarumã, no Amapá.

Os pesquisadores também comentam que os problemas envolvendo os territórios Yanomami com grandes mineradoras aproximaram o CIMI ao movimento indígenas e indigenista, durante a elaboração da Constituinte. O conselho ainda ampliou a articulação missionária em um boletim de comunicação no continente de nome Ameríndia, e, nos anos 1992 a 2000, esteve junto ao movimento indígena em campanhas de resistência e denúncia. Já em 2000, o CIMI entrou em algumas divergências com o movimento indígena devido a abordagem religiosa do mesmo (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 190).

2.2. O Porantim e seus integrantes nos anos 1980

[...] registro que gostaríamos de fazer refere-se ao jornal “Porantim”, editado em Manaus, que se empenha em defender as causas das minorias indígenas. No instante em que o país assiste a tantos e tão graves conflitos entre índios e posseiros, exigindo do Governo a adoção de uma política indigenista que assegure aos indígenas a preservação de sua cultura e o domínio sobre suas terras, é de inteira justiça registrar aqui o esforço empreendido por esse jornal que, ao lado de tantas outras instituições, dedica seus esforços à luta em defesa da causa indígenas no Brasil (MONTORO, 1980, p.2).

Em uma audiência do Senado no final de 1980, o senador Franco Montoro destaca a participação do jornal Porantim nas demandas relativas aos direitos dos povos indígenas, o que demonstra um certo reconhecimento de alguns sujeitos contemporâneos da publicação do periódico. Nesse sentido, pretendemos dialogar com algumas colocações da historiadora Tania de Luca (2008, p. 118-119), acerca da necessidade de abordar quem eram as pessoas envolvidas com o jornal, seus projetos, intenções e expectativas que influenciavam nas escolhas dos materiais. Para a pesquisadora, periódicos podem ser vistos como polos que agregam e disciplinam forças e instrumentos de intervenção no espaço público, explicitando disputas de projetos políticos e outras características que interagem com os dilemas de seu tempo. De Luca realiza suas reflexões a partir de questionamentos como: o periódico possui fases distintas; quem organizava essas fases e quais eram as revistas contemporâneas a publicação. Para ela, no processo de produção, somava-se o cotidiano dos envolvidos, que produziram correspondências na época, memórias ou textos que evocam as suas trajetórias, produções autobiográficas. Contudo, ela adverte, na utilização desse material, é necessário cuidado analítico com textos produzidos no momento histórico e memórias de evocações posteriores, que rememoram e reproduzem o vivido a partir do presente (2008, p.122).

Seguindo como algumas colocações teóricas, como já pontuamos, alguns autores explicam a importância na abordagem de fontes provenientes da imprensa a necessidade de compreender o seu projeto editorial e como ele se articula. A leitura desse material deve levar em consideração sua historicidade e intencionalidade, levantando questões relativas a como o veículo se constitui como força histórica ativa, como se posiciona na conjuntura do momento, seus aliados e adversários (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 260).

Em diálogo com De Luca (2008) e Cruz e Peixoto (2007), Capelato (1988, p. 21) entende a imprensa como um “instrumento de manipulação e intervenção na vida social”, sendo assim, é necessário compreendê-la como um agente da história, tendo ideias e personagens que se “movimentam” nas páginas das suas publicações. Cabe ao historiador em

sua análise fazer surgir quem são esses sujeitos e entender que eles possuem ações e consciência determinados pela prática social. Ela ainda coloca que para um melhor entendimento, o jornal não deve ser abordado de forma isolada, necessitando ser compreendido em relação a outras fontes que ampliarão seu contexto. Reflexão realizada a partir da ideia de que o periódico traz em si significações explícitas e implícitas que pedem um trabalho dentro e fora do mesmo. Nesse sentido, se entende a imprensa como algo que mostra “momentos particulares da realidade” inseridos nas práticas sociais de sua época, e trazendo relações de poder que devem ser compreendidas em seu contexto (CAPELATO, 1988, p. 24).

Portanto, partindo das colocações das autoras acima, nesta parte da escrita apresentaremos um panorama de trabalhos realizados sobre o Porantim em diálogo com alguns materiais, principalmente entrevistas, provenientes de seus colaboradores na década de 1980, encontradas em diversos meios como o CPDOC, o próprio Porantim, revistas acadêmicas, pesquisas já realizadas, entre outros. O objetivo é situar o jornal e os sujeitos envolvidos na sua elaboração no contexto dos anos 1980, aspecto útil para compreender algumas colocações e posicionamentos que encontraremos no próximo capítulo.

Atualmente em seu site, o Porantim se apresenta como o jornal impresso do CIMI, criado durante o período da Ditadura Civil Militar, em 1979. O nome escolhido significa remo, arma ou memória na língua dos Sataré-Mawé. As edições mais recentes são disponibilizadas de maneira gratuita no próprio domínio (CIMI, 2022), contando também com o “Armazém Memória” com edições mais antigas deste jornal e de outras publicações do CIMI.

Sobre análises realizadas especificamente sobre o jornal, encontramos poucas⁴. Ele é mais citado pelos pesquisadores por causa de seus artigos publicados, sendo utilizado como apoio teórico mais do que fonte, principalmente devido as suas publicações de análises realizadas por antropólogos, historiadores, indigenistas e indígenas. Os materiais contaram com nomes conhecidos como os antropólogos Eduardo Viveiros de Castro e João Pacheco de Oliveira, entre vários outros.

⁴ Foram consultados o Banco de Teses e Dissertações da Capes, assim como os periódicos. A procura pelo termo “Porantim”, além dos trabalhos utilizados nesta escrita, trazia pesquisas que tinham como objeto de análise a CNBB e o CIMI, e pouco abordavam o jornal em si, que funcionou para os pesquisadores como apoio bibliográfico. Encontramos também a monografia de História de Jak Pedrosa (2017), intitulada *Porantim: um informativo de índios e missionários que virou jornal, 1985-1990*. Em seu trabalho bastante sintético, o historiador analisa e descreve a violência praticada contra os povos indígenas, tendo destaque os assassinatos relativos às questões envolvendo a disputa de terras.

A análise mais extensa que encontramos é da jornalista Regina Vieira, que trabalhou com o jornal em sua dissertação defendida em 1993, publicando como livro em 2000, sob o título *O jornal Porantim e o indígena*. No material a pesquisadora apresenta o jornal como um veículo de comunicação alternativa e norteia sua escrita realizando uma análise temática dos aspectos jornalísticos, como categorias e gêneros de escrita, nas edições entre os anos de 1980 até 1991, totalizando 124 jornais. Os temas em sua escrita foram organizados da seguinte forma: terras indígenas, política indigenista, organização indígena, saúde indígena, cultura e meio ambiente e religião e missão.

Seguindo o nosso recorte temático de terras indígenas, destacaremos algumas das colocações da autora, que mesmo sua análise se dedicando a compreender elementos jornalísticos, podem nos ajudar a analisar como essa questão foi abordada pelo jornal. No capítulo em que trabalhou com a estrutura e estilo dos textos dos editoriais, segundo a pesquisadora, o tema das terras indígenas é apresentado a partir da defesa e denúncia, trazendo a “ótica do índio”⁵, podendo utilizar o apoio de documentação oficial, atos praticados pela FUNAI e ações do governo. No geral, os textos são críticos e de denúncia (VIEIRA, 2000, p. 49). Os títulos dos editoriais e colunas de opinião seguem esse mesmo caminho dialogando com a linha ideológica do jornal, em termos de estilo não há uma linguagem precisa, sendo que os títulos apresentaram apelos intelectuais e emocionais que buscavam sensibilizar o leitor, nem sempre com a intenção de informar, mas sim de convidar este para a leitura do material.

Ao longo do tempo, as mudanças de editores e redatores não influenciaram no posicionamento do jornal, que seguiu o próprio viés ideológico do CIMI (VIEIRA, 2000, p. 65). Sobre este último ponto, Vieira discorre em um capítulo específico sobre a relação do CIMI com o Porantim, sendo que o jornal possui uma relação direta com a própria estruturação da entidade na região Norte do país, no fim dos anos 1970. A criação do jornal foi discutida em um curso de indigenismo em Manaus, em 1978, onde foi averiguada a necessidade de existir um meio de troca de informações entre os missionários que atuavam

⁵ Para a autora essa ótica do índio seria apresentar seus interesses, visando a defesa de direitos e denúncias (VIEIRA, 2000, p. 49). Em outro trecho: “Todos os jornais analisados partem da visão social do índio, ou seja, da necessidade de defender estes povos contra a sociedade não-índia, confirmando assim, a linha editorial do Porantim” (VIEIRA, 2000, p. 67). Essa questão ficou um pouco ambígua ao longo de seu livro, o que seria de fato essa ótica ou visão do índio? A pesquisadora não mencionou as participações ou interesses, nem a pluralidade do movimento indígena nos anos 1980, nos parece que ela trabalhou com uma visão um tanto unitária deste, diferente do próprio jornal, que tentou ser mais plural, trazendo falas de indígenas para contribuir nas matérias, mas também restringindo de acordo com os objetivos do editorial, como veremos logo à frente (GANDRA; NOBRE, 2016).

nas comunidades e de divulgação das circunstâncias em que viviam os povos indígenas na região (2000, p. 33-34).

No fim de seu livro, Vieira apresentou as entrevistas que realizou na sua pesquisa, destacando alguns elementos gerais. Os nomes dos entrevistados não estão identificados, mas ela elencou no início do capítulo qual relação as pessoas tinham com o jornal, sendo eles seis jornalistas, o secretário-geral do CIMI, o presidente do CIMI, um assessor teológico do CIMI, dois antropólogos, o assessor metodológico e funcionárias responsáveis pelos setores de documentação e distribuição. A estruturação dessas entrevistas seguiu um recorte temático um pouco diferente do anterior e foi apresentado em um roteiro, sendo guiado pelos seguintes pontos: contexto político-social, política indigenista, perfil do jornal na década de 80, papel histórico do Porantim e perspectivas atuais, o Porantim e a Igreja e religião e missão.⁶ Os entrevistados apresentam várias reflexões que retomaremos ao longo da análise do jornal realizada no segundo capítulo. Porém, tem algumas questões que gostaríamos de abordar, já que os objetivos da autora eram outros.

Entendemos ser necessária uma ampliação das reflexões para além das colocações da jornalista, sobre como o jornal articula a questão missionária com os interesses dos povos indígenas. Essa discussão foi pontuada em vários momentos, sendo logo comentada no início da primeira entrevista, que é a mais extensa. Para o entrevistado, todo tema relacionado às pautas indígenas são temas para o Porantim, e ao longo da trajetória do CIMI, foi realizada uma revisão do papel deste, se “fez uma autocrítica na história da participação da Igreja na colonização do país e na dominação dos povos indígenas” (Entrevista nº1 apud VIEIRA, 2000, p. 92). Segundo ele, foram realizados diálogos “intra religiosos”, em que a entidade e a Igreja não deveriam impor a religião católica, ou seja, não trabalhar de forma a evangelizar, e sim dando apoio em temas de interesse. O entrevistado fala, por exemplo, de seu trabalho dentro de uma aldeia nos anos 85 a 87, em que auxiliou nos debates relativos à Constituinte, mostrando como funcionava o governo e suas hierarquias. No final, ele menciona que “O CIMI é ligado à CNBB e o Porantim [...] ao CIMI. Esta linha cristã acabava sendo absorvida por quem trabalhava no jornal e, hoje [...] não tem esta vinculação [...] mas não quer dizer

⁶ Algumas questões ficaram um pouco em aberto: as entrevistas estão numeradas até o número quatorze, mas a segunda, a terceira e a quarta não estão no livro (a paginação está normal). Também não foi explicado como foram realizadas, já que o material parece ter passado por um tratamento textual, não são transcrições diretas de falas e não estão inteiras, aspecto observado pelo fato de não aparecer todos os temas do roteiro. Outra dúvida é quanto a seleção dos temas, eles diferem dos anteriores que nortearam toda a escrita do livro.

que não seja absorvida” (Entrevista nº1 apud VIEIRA, 2000, p. 92-94). Dos entrevistados, este pareceu ser o mais crítico sobre a relação missionária do jornal.

Para outros entrevistados: um argumentou que existia uma grande sintonia entre o CIMI e o jornal, com uma boa autonomia das equipes devido à confiança entre elas “o que sai do Porantim na verdade acaba sendo [...] uma posição do Secretariado do próprio CIMI” (Entrevista nº5 apud VIEIRA, 2000, p. 95-96); um segundo que ao comentar sobre a profissionalização do jornal, o integrante deveria ter além do domínio jornalístico, uma identificação com a linha de trabalho tanto do CIMI como da Igreja junto aos indígenas (Entrevista nº7 apud VIEIRA, 2000, p. 98). Outros três relacionaram a visão do jornal, do CIMI e da questão indígena com a Teologia da Libertação (Entrevista nº8, nº11 e nº13 apud VIEIRA, 2000, p. 100/103/106) sendo o próximo entrevistado muito específico sobre as influências teológicas do Porantim, que para ele são as mesmas do CIMI, no qual “o Cimi foi inspirado [...] pastoralmente no Concílio Vaticano II [...] de uma Igreja que se volta para o oprimido e para o serviço” (Entrevista nº12 apud VIEIRA, 2000, p. 104).

Retomando a análise de Vieira, sobre o assunto, a jornalista coloca na sua conclusão que existem poucos artigos de características religiosas publicados no jornal, demonstrando sua linha não teológica e autonomia em relação à Igreja. Contudo, quando sintetiza as informações coletadas com os entrevistados sobre o tema religião e missão, a jornalista escreve “Além da defesa dos direitos indígenas, há o anseio latente de penetração da religião católica nas aldeias” (2000, p.107-108). Portanto, a partir das entrevistas e das colocações de Vieira (2000), mesmo que exista uma preocupação por parte do jornal em não trazer ou impor aspectos religiosos aos povos indígenas, eles fazem parte da cultura da equipe de trabalho e conseqüentemente da sua escrita, sendo importante ter ciência do fato para analisar como as demandas por terra foram articuladas ao longo das produções.

Antes de passar para o próximo trabalho, gostaríamos de desenvolver e ampliar algumas reflexões sobre o colocado por Vieira (2000) em dois pontos: classificar o jornal como um veículo de comunicação alternativa e acerca do periódico não possuir uma linha teológica ou poucos artigos do gênero.

Quanto ao primeiro assunto, recorreremos ao que coloca a historiadora Capelato (1988, p. 30-33) que utiliza a categoria de imprensa contestadora. Para a pesquisadora, existiu no Brasil uma classificação da imprensa entre “má” e “boa”, sendo da parte da primeira, os jornais que criticavam a ordem burguesa, com vieses em diálogo com o pensamento anarquista,

comunista, socialista; esses periódicos na história brasileira tiveram poucos momentos de livre publicação devido a censura em períodos de ditadura, que recaía principalmente em jornais de esquerda radical que circulavam clandestinamente. Nesse contexto, essa “má imprensa”, seja ela clandestina ou tolerada, enfrentava diversos problemas em termos de expansão de público e crescimento, sendo formada praticamente por veículos de pequeno porte, público pequeno e curta existência.

Seguindo as colocações da autora, os enfrentamentos entre a “boa” e “má” imprensa demonstravam a luta política envolvida entre quem defendia a ordem vigente e seus críticos, existindo nuances entre esses dois posicionamentos. Ganham importância neste meio, os pequenos jornais que apresentam as reivindicações de grupos sociopolíticos específicos, tendo participação social desde o período colonial no Brasil (na forma de folhetins), com uma grande proliferação no século XIX. Esses materiais possuíam nomes que apresentavam o próprio público-alvo, como *O Periódico dos Pobres* (Rio de Janeiro), *A Voz do Povo* (Belém), *A Voz do Artista* (Goiás), *O Amigo do Escravo* (Rio de Janeiro), entre outros. Esse tipo de imprensa continuou existindo e se perpetuou no século XX (CAPELATO, 1988, p. 33).

Diante do colocado, podemos argumentar que o Porantim se enquadra nesse tipo de imprensa contestadora explicada por Capelato, aspecto que é ressaltado pelos próprios entrevistados de Vieira (2000) que o colocaram como um jornal militante da causa indígena no período da ditadura. Aliás, em outras dessas entrevistas da pesquisadora, ao falar do contexto da década de 1980 e o perfil do Porantim no período, um dos entrevistados vinculados ao periódico justifica o porquê do jornal ser chamado de alternativo de maneira peculiar, mas que ao mesmo tempo traduz a situação dos povos indígenas na época: “alternativo até o último respiro, primeiro porque ele pegou uma causa alternativa no momento em que o índio era absolutamente alternativo no Brasil” (Entrevista nº10 apud VIEIRA, 2000, p. 102).

Sobre o segundo ponto, acerca do periódico não possuir uma linha teológica ou poucos artigos do gênero, discordamos de Vieira (2000) com base na leitura dos artigos de opinião e das demais matérias do jornal que trazem um profundo diálogo com o missionarismo. Para embasar nossa colocação, destacamos um trecho de um artigo publicado em página central, em 1980, de título “Terra para viver ou para negociar. Apontamentos para uma ‘Teologia’ a partir dos povos indígenas”, que estabelece uma ligação entre o trabalho missionário e seu envolvimento na defesa do território indígena

A questão da TERRA é o nó para o qual convergem todas as questões da vida dos povos indígenas e com isso também o nó de uma visão integral de libertação. A libertação atravessa as questões econômicas. Cada povo se liberta somente com os seus meios de produção, com os seus próprios produtos e através de uma distribuição igualitária dos seus excedentes. Este fator “produtivo” da terra está muito ligado ao capitalismo e abrange principalmente o sistema econômico. A partir desta visão capitalista, às vezes, o CIMI foi acusado de tratar somente do “paraíso” terrestre’ dos índios, de se preocupar apenas com o campo social [...] quando declarou os problemas de terras prioritários [...] Como intra-estrutura do sistema religioso, a terra, junto com a religião, é a amarração de todas as questões [...] Todas as medidas da ‘política indigenista oficial’ têm uma incidência sobre as terras e, por conseguinte, sobre a religião (SUESS, 1980, nº 16, p.8).

O artigo foi publicado em uma seção voltada para a teologia, de autoria do padre Paulo Suess, na época secretário nacional do CIMI (PORANTIM, 1980, nº 22, p. 4). A escrita é norteada por discussões teóricas sobre capitalismo e propriedade e como elas se relacionam com a evangelização dos povos indígenas e no caso do trecho acima, discute como a questão da terra é interligada com a religiosidade, sendo necessário para o missionário se engajar nessa luta. O texto é voltado para a leitura de outros teólogos e também são apresentados na análise conceitos como monopólio, capital, produção, mão de obra, expropriação das terras indígenas, entre vários outros (SUESS, 1980, nº 16, p.8). Há outras escritas, do mesmo autor inclusive, ao longo das publicações do jornal com discussões semelhantes, como o artigo “Teologia da libertação e causa indígena” (SUESS, 1985, nº 15, p. 4). De outros autores, há discussões sobre o trabalho missionário em muitos editoriais, percebemos os assuntos que permeiam a Teologia da Libertação, como, por exemplo, a união dos oprimidos, fazem parte de muitas matérias, assim como aparece com frequência a participação de missionários nas situações narradas, seja como correspondente ou entrevistado.

Em uma análise mais recente, os historiadores Edgar Gandra e Felipe Nobre (2016) em um artigo de título *A mobilização pelos direitos indígenas na Constituição de 1988: articulações do conselho indigenista missionário e da união das nações indígenas através do Jornal Porantim (1985-1988)*, com uma temporalidade semelhante à nossa, apresentam as mobilizações políticas durante a Constituinte a partir das páginas do Porantim, entre os anos de 1985 e 1988, recorte que contempla a primeira referência à Constituinte no jornal. Os autores destacam as articulações do CIMI e da UNI (União das Nações Indígenas), que envolveu atores sociais diversos e tiveram como propostas recorrentes, discussões sobre identidade étnica, direito à terra e subsolo e o fim do regime de tutela (p.143).

Segundo os autores, em relação a representação dos próprios indígenas na Constituinte, o jornal mostrava as tentativas de organização dos mesmos, que não foi unitária e teve posicionamentos diferentes do colocado pela UNI. Para o caso do Porantim, foi observado na

análise que existia um destaque para os candidatos vinculados a essa organização, já que os demais concorrentes desapareciam das notícias, com exceção de Marcos Terena, então candidato pelo PDT do Distrito Federal. Mesmo com uma visão apartidária, os indicados pela UNI precisaram escolher um partido para concorrer, sendo escolhido o PT, considerado o mais aberto em compreender as candidaturas indígenas. Como nenhum candidato indígena foi eleito, a estratégia adotada foi uma pressão realizada por meio da identificação de candidatos e partidos aliados e inimigos. A tática foi reforçada por uma mobilização em Brasília, no próprio Congresso Nacional e arredores, onde os indígenas abordaram pessoalmente os envolvidos. Toda essa movimentação foi acompanhada e publicada pelo jornal, por meio de matérias com fotos locais e charges críticas aos relatores que se posicionavam contrários às demandas indígenas (GANDRA; NOBRE, 2016, p.145-149).

Em linhas gerais, os pesquisadores destacam a forma como o Porantim funcionou para além de um meio de informação, se tornando um espaço de mobilização e pressão política, obviamente transparecendo os posicionamentos de seus organizadores, o CIMI e a UNI (GANDRA; NOBRE, 2016, p. 155). Acerca da organização editorial do Porantim na época, os autores citados acima fornecem considerações a partir da análise de materiais do próprio jornal e de uma entrevista com um dos seus diretores, Antônio Brand, historiador e indigenista, que estava à frente do periódico. O jornal ainda contava com um conselho editorial formado por pessoas do CIMI, antropólogos e Ailton Krenak, atuando como representante da UNI. Em suma, um jornal formado basicamente por indigenistas, com uma exceção (GANDRA; NOBRE, 2016, p. 140).

Sobre o público para o qual o jornal era voltado, encontramos informações no próprio periódico em seus esforços para aumentar seu alcance. Em algumas promoções de assinaturas realizadas em junho/julho de 1982, uma pequena matéria de nome “Porantim quer ter mais assinantes” narra uma campanha durante a Semana do Índio. O esforço contou com nove mil cartas junto a um exemplar do jornal, enviadas a paróquias e casas de religiosos, e estavam sendo preparados outros kits para o envio a professores e alunos de História, Geografia, Antropologia, jornalistas, parlamentares e outros simpatizantes da causa indígena. Em três semanas tiveram 210 novas assinaturas (PORANTIM..., 1982, nº 40-41, p. 17). Em 1984, o jornal chega a realizar um concurso para premiar quem levasse mais assinaturas, pontuando de acordo com o tipo (anual, de apoio ou venda de exemplar). Os prêmios eram de acordo com a pontuação atingida e contavam com: direito a anunciar um livro no jornal ou uma camiseta, assinatura grátis, volumes encadernados do Porantim, minicalculadora, um gravador

e uma TV (GRANDE..., 1984, nº 59-60, p. 17). Existia um esforço constante em aumentar os assinantes e divulgar o jornal.

Complementando a questão sobre o público do jornal e ampliando algumas questões, na edição de maio de 1988, o Porantim completou dez anos de existência e fez uma matéria comemorativa. Com o título “Um panfleto que virou jornal” a escrita apresentou um panorama do seu histórico a partir da sua própria perspectiva, e tendo em comum o nosso recorte temporal. Acerca de como eles tinham acesso as informações publicadas, desde o início, tiveram uma quantidade grande de matérias produzidas a partir de denúncias enviadas à redação do jornal, onde recebiam tratamento jornalístico. Aspecto que fez outros jornais da grande imprensa, como O Estado de S. Paulo, reproduzirem matérias direto do Porantim e influenciando/pressionando a FUNAI a atuar em determinados casos. Ao delimitar o próprio público-alvo, o jornalista admite que existia uma dificuldade em definir o perfil do leitor, que seria bastante heterogêneo. Ele ainda coloca uma pergunta importante para nós: “Como encontrar uma linguagem clara e direta que abrangesse o missionário, o índio, o sindicalista e o mundo acadêmico? (BESSA, 1988, nº 108, p. 13). Esse último aspecto é perceptível nas suas matérias e artigos, influenciando na forma como organizaremos nossa análise, como desenvolveremos no próximo capítulo. Por fim, deixamos uma definição deste jornalista acerca do jornal que dialoga com as falas de outros colaboradores mencionadas acima

[...] apaixonado, nervoso, entusiasmado, contraditório, demasiado panfletário para o gosto de alguns, cometendo erros e acertos, feito artesanalmente [...] subvertendo noções de jornalismo ensinadas nas escolas de Comunicação Social, mas sobretudo “um jornal em defesa da causa indígena”, um jornal comprometido até o talo com a luta dos povos indígenas e, por isso mesmo, um jornal indignado, enfurecido, como muita fome e sede de justiça: esse era o jornal Porantim, criado há dez anos, e que constitui hoje, sem dúvida nenhuma, uma memória viva dos últimos dez anos de massacres aos povos indígenas, mas também da resistência. A luta continua (BESSA, 1988, nº 108, p. 13).

3. AS DEMANDAS SOBRE TERRAS NO JORNAL PORANTIM

3.1. Apresentação

Imagem 1



Compilado de capas com destaque para a temática da terra. Edições organizadas da esquerda para a direita a partir de cima: março de 1980, “Terra para viver”; janeiro/fevereiro de 1981, “Tantas vidas pouco chão”; janeiro/fevereiro de 1982, “Terra sim violência não”; janeiro/fevereiro de 1984, “Terra é vida”; dezembro de 1984, “Na Colômbia, índios organizados recuperam suas terras invadidas”; novembro de 1985, “A esperança da demarcação chega aos Deni”.

Ao longo da década de 1980, o jornal apresentou em diversas de suas capas manchetes e chamadas para matérias especiais sobre a questão do território e os povos originários, nos quais notamos, a partir de algumas delas destacadas na imagem, a amplitude do tema que se ramifica para discussões como demarcações, disputas em outros países da América do Sul, as violências dos conflitos envolvidos e como o acesso e garantia ao território envolve o próprio direito de viver dessas populações. Nesta primeira parte, teceremos brevemente algumas impressões e constatações gerais sobre o jornal observadas ao longo dos fichamentos e leituras, que ajudam a trazer uma visão abrangente do periódico, para após, desenvolver nossa análise de forma mais aprofundada de acordo com as informações coletadas.

O primeiro número do jornal publicado em maio de 1978, datilografado e finalizado graficamente de maneira simples (mimeografado), trouxe um editorial de apresentação, no qual o Porantim se colocou como um órgão informativo de missionários e índios, mais especificamente do CIMI Norte, em Manaus. Na escrita, seus articuladores começam explicando a motivação do nome e símbolo do jornal. Porantim significa remo pequeno em Maué antigo, sendo utilizado pelo povo Cauaiua-Parintintin como arma de luta. Nesse objeto, realizado a partir do pau-ferro são gravados símbolos como losangos e gregas, representando lendas, mitos e estórias sobre as origens do povo. Esse desenho aparece abaixo do nome do jornal até hoje e foi escolhido pelas suas múltiplas funções de instrumento de trabalho, arma e memória; segundo o editorial é “Porantim-instrumento de trabalho, Porantim-arma de combate, Porantim-História e em consequência duas vezes arma, porque memória coletiva” (EDITORIAL, 1978 nº 1, p. 1). O material apresentou ainda as origens do jornal, gestado em um curso de indigenismo, onde foi manifestado o interesse por parte dos missionários de uma atuação mais sólida do CIMI na região. No geral, as matérias trazidas foram replicações de trechos de outros veículos como *Veja*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de São Paulo*, entre outros, como ainda depoimentos de pessoas envolvidas na causa indígena. Em linhas gerais, o objetivo do jornal era a troca de experiências entre missionários atuando entre os povos indígenas.

Mas, ao ler seu primeiro número, podemos nos perguntar como as reivindicações dos próprios indígenas se fazem presentes nesse jornal que se coloca como um auxiliar na luta destes. Em uma das matérias replicadas no mesmo volume, já observamos que o tema escolhido em nossa análise aparece ao apresentar alguns debates ocorridos entre líderes da região norte (aldeia Xavante de São Marcos), no qual colocam entre seus principais problemas a invasão de suas terras (EDITORIAL, 1978 nº 1, p. 2). Como mencionado em nossa introdução, no final dos anos 1980, com a Constituinte, o tema das demarcações de territórios foi uma discussão latente em toda a década, podemos dizer que na verdade em toda a nossa história. Partindo disso, este capítulo pretende abordar de maneira direta nosso problema de pesquisa: como o jornal indigenista Porantim apresentou e articulou as discussões sobre as demandas indígenas por terras ao longo até o período da Constituinte.

Acerca da estrutura do Porantim, a década de 1980 teve as seguintes seções: Cartas; Editorial; Opinião; Denúncia; uma que recebia o nome de acordo com o tema principal da edição, como terra, Assembleia Indígena (anual, na edição de janeiro/fevereiro ou março), Constituinte, entre outros. Reportagem; Depoimento; Ameríndia (diálogo com questões

internacionais); Na Banca e Resenha (sobre outras publicações na área); Pessoas e conflitos; Cronologia (pequenos recortes de outros jornais); frequentemente existiram matérias avulsas que não ficavam dentro dessas divisões e não recebiam uma identificação no cabeçalho da folha como as outras. As seções não eram constantes nas edições, podendo aparecer ocasionalmente ou ter edições que praticamente não as utilizava. O jornal utilizava muitas imagens, tendo um apelo visual forte, seja de fotos contemporâneas do momento da narrativa, antigas, ou alusivas ao tema discutido, mapas, desenhos, entre outros⁷

Sobre a diagramação, Capelato (1988, p.17) explica que ela organiza a maneira como as imagens estão alocadas, o título principal e os secundários, como se dá a subdivisão dos textos e se são utilizadas linhas finas ou grossas, espaços cheios ou vazios, responsável também por manipular os contrastes entre branco e preto, aspectos importantes do trabalho gráfico no qual ainda as ilustrações desempenham um papel específico. Para o caso do Porantim, a organização física dos textos e títulos nas páginas mudam constantemente em termos de localização ou tipo de fonte. Praticamente todas as matérias possuem imagens, mas muitas vezes, elas não são identificadas ou não tem nenhuma legenda, ficando a cargo do leitor a relação da imagem com a escrita. O trabalho gráfico em alguns momentos prejudicava a leitura, seja transbordando o texto na parte central da folha, que engolia parte da escrita com a encadernação, ou nas capas, principalmente quando se começou a utilizar cores, não existindo cuidado com o contraste da cor da fonte e o fundo, tendo, por exemplo, letras verde-escura em fundo preto, ou fonte amarelo-claro no fundo de papel-jornal. Essas situações podem ter relação com a falta de condições financeiras, comum aos periódicos da imprensa alternativa nesse contexto (CAPELATO, 1988, p. 30-33; SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 473-474) e de pessoal especializado, como mencionado em algumas das entrevistas do capítulo anterior (BESSA, 1988, nº 108, p. 13).

A partir do colocado acima, gostaríamos de realizar uma breve reflexão a partir das colocações sobre o jornal da pesquisadora francesa Maurice Mouillaud (2002, p. 29-35) sobre o que ela chama de dispositivo, definido como “lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem [...] os textos [...]” (p. 34) ou seja “uma matriz que impõe suas formas aos textos” (p. 35). Para Mouillaud, o discurso de um jornal não é avulso e está inserido nesse dispositivo que contribui para o seu sentido. Para ela existe uma antecedência na relação entre dispositivo e texto, em que o primeiro funcionaria além de um suporte físico, seria uma matriz na qual se

⁷Devido ao tempo e espaço desta escrita não analisamos em profundidade esses elementos, incluímos algumas charges e imagens, mas de maneira a complementar o texto.

inscreve o texto, o procedendo em uma influência dinâmica. Colocado isso, ela explica que alguns textos que estão fora da norma podem influenciar e deformar esse dispositivo. Mencionando um exemplo a partir da França revolucionária de 1789, no qual esse acontecimento não se encaixou nos espaços formatados das gazetas da época, surgiram publicações que extrapolavam o padrão, com formatações diferenciadas e títulos excêntricos.

Olhando para o Porantim como dispositivo, podemos dizer que seus textos não respeitam seu espaço físico, questão observável em muitos artigos e matérias, assim como as capas de manchetes ilegíveis mencionadas. Podemos argumentar que como jornal ele não respeitou a estrutura colocada por Mouillaud, sua escrita parece não ter sido, em muitos momentos, pensada para encaixar no seu suporte, gerando um certo estranhamento no leitor quando, por exemplo, se depara com matérias de doze colunas e fonte minúscula. Mas, nem sempre isso gerou escolhas ruins, e fez o jornal ofertar abordagens originais e convidativas, como alguns de seus títulos, que veremos adiante.

Retomando algumas considerações metodológicas, na análise de publicações de grande circulação é importante observar o título adotado pelo editorial. Ele indica a pretensão em termos de autoridade e representatividade e possivelmente a abrangência desejada. Os subtítulos também são importantes ao trazer informações de quem fala e para quem é direcionado a publicação (CRUZ, PEIXOTO, 2007). Capelato (1988, p. 18) corrobora sobre a importância dos títulos junto a apresentação técnica do jornal, acrescentando os cuidados necessários na leitura da manchete, com atenção aos usos dos vocábulos, estes escolhidos para oferecerem um efeito de persuasão eficaz no leitor. No caso do Porantim, mesmo sendo um veículo de imprensa considerado alternativo e com uma circulação bem menor, separar pelo título foi uma tentativa de selecionar quando a temática escolhida era o principal assunto da escrita.

Sobre como organizamos nossa abordagem com as fontes, em um primeiro momento utilizamos o roteiro de pesquisa elaborado pelo próprio jornal e disponibilizado em sua hemeroteca digital, contemplado os anos de 1978 a 1985 (das edições nº 1 de maio de 1978 até o nº 82, dezembro de 1985). O material foi feito a partir da necessidade do próprio CIMI e da redação do Porantim para atender demandas internas de pesquisa, sendo adaptado posteriormente para o público em geral, e publicado em uma primeira parte, na edição de janeiro/fevereiro de 1986, e a segunda, em março do mesmo ano. Destacamos que, como eles mesmos colocaram, os assuntos listados atendem preferencialmente os interesses da própria

entidade mais que dos leitores ou possíveis pesquisadores futuros. Para o nosso caso, o índice não menciona o título das matérias, sendo organizado em verbetes e dividido em três partes: Assuntos gerais, Povos indígenas do Brasil (por nome) e Autores (assinaram matérias no jornal) (ROTEIRO..., 1986). Em um primeiro momento, tentamos filtrar temáticas na primeira parte, surgindo os seguintes verbetes: Constituinte, desapropriação, ecologia⁸, habitação que poderiam ter relação com o nosso tema de pesquisa. Há também muitas referências sobre construções de estradas e hidrelétricas, mineração, diversas localidades geográficas como outros países, Estados brasileiros e rios, que dialogam com nossa escolha de análise. Porém, como não aparece no roteiro algo relacionado diretamente à terra, optamos em realizar busca extensiva no periódico pautada em filtrar os materiais publicados no Porantim pelo título⁹, independente do seu tipo, se reportagem, entrevista, charge, textos especiais, notas, entre outros. Buscamos por palavras relacionadas à terra que foram surgindo na leitura da documentação, tais como: território, demarcação, área, e possíveis desdobramentos de conflitos por terra com posseiros, invasão e esbulho, entre outras. O roteiro foi utilizado como complemento ao longo da escrita, tanto pelos verbetes destacados como pelos assuntos que foram surgindo na escrita. Podemos dizer que, em geral, as discussões sobre terras aparecem, nem que seja de forma pontual, em quase todos os textos, tendo destaque em várias capas (imagem I) e uma seção chamada “Terra” que aparecia ocasionalmente.

Antes de seguir, gostaríamos de destacar algumas impressões gerais que foram observadas ao longo do levantamento de nossa documentação. Em relação às matérias assinadas, algumas parecem ter usufruído de bastante liberdade de escolha na produção escrita, o que as tornam muito diferentes umas das outras, seguindo caminhos mais teológicos ou acadêmicos, outros mais poéticos, ou com apelo de denúncia, este último uma das

⁸ Sobre esse verbete que encontramos no suplemento do Porantim. A relação dos povos indígenas e conservação ambiental é comentada em trabalhos no contexto nos anos 1990 e 2000. Os antropólogos Carneiro da Cunha e Almeida problematizaram em um ensaio, os argumentos que fundamentam a relação entre comunidades tradicionais e conservação. Eles se perguntam se esse pensamento não é na verdade, uma forma de projeção ocidental ligada ao estereótipo do bom selvagem ecológico. Nesse contexto de mudança ideológica, de abertura democrática pós ditadura, as populações indígenas foram modelos de conservação para os demais povos amazônicos. Os primeiros tinham esse aspecto marcado como um direito jurídico, conquistado na Constituição de 1988, que relacionava a definição de terra indígena incluindo territórios para “conservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar dos povos indígenas, bem como a terra necessária para sua reprodução física e cultural [...]” (CUNHA; ALMEIDA, 2017, p. 267-273). Apesar de em um primeiro momento, esperarmos que essa discussão estivesse presente em nossas fontes, adiantamos que mesmo encontrando matérias sobre o assunto, ele não foi uma temática utilizada com frequência nas argumentações ao longo dos anos analisados.

⁹ Consideramos alguns títulos secundários que se destacavam mais que o título e subtítulo, seja pelo tamanho da fonte de ambos ou posicionamento ou pela discussão em andamento na nossa análise. Alguns pareciam ser independentes do restante da matéria. Analisamos alguns que também complementavam ou explicavam a discussão.

principais características do jornal como pontuado por muitos de seus colaboradores nas entrevistas apresentadas na segunda parte do primeiro capítulo. Por exemplo, um texto publicado na edição de janeiro/fevereiro de 1980, por Paulo Suess, de título “Sangue da nova aliança com o povo Pankararé”, no qual para transmitir uma ideia de violência destacou em negrito ao longo da reportagem palavras e expressões como: memória perigosa, não houve justiça, omissão, recusa, desprezo, entre outras. Na escrita, o padre construiu sua narrativa realizando uma analogia de um assassinato de um cacique, Angelo Pankararé, com a trajetória de Jesus (SUESS, 1980, p. 4). Essa abordagem é reproduzida em outras matérias, tanto de destacar adjetivos ou expressões como os nomes dos povos envolvidos (o destaque do nome dos povos indígenas em negrito foi uma constata ao longo dos oito anos analisados). O cuidado em identificar os indígenas também é complementado em quadros extras colocados nos cantos da folha, no qual são colocadas informações como onde habitam, histórico de contatos, situação do território e problemas envolvidos, inclusive nomeando empresas ou pessoas físicas envolvidas na invasão, entre outras, sendo acrescentado em 1986 no fim do volume, suplementos de três a quatro páginas com essas informações.

Podemos dizer, sobre os textos, que em geral, eles são longos e com muitas informações, mesmo as matérias que tentam ser mais diretas. Esse aspecto é interessante porque nos fornece um material de análise rico, mas devido ao espaço e tempo desta escrita, não apresentaremos todas elas no texto, selecionando as adequadas de acordo com a discussão dos próximos subcapítulos. Portanto, este capítulo foi dividido de acordo com a temática principal, sendo os três primeiros em ordem cronológica e os três últimos por assuntos que se destacaram em meio ao tema, como as disputas de narrativas entre o Porantim e outros jornais contemporâneos; a intersecção das demandas por territórios com outras reivindicações e, por fim, a temática da terra em matérias sobre outros países.

3.2. Panorama dos anos 1980

Durante as visitas ao arquivo histórico de Porto Alegre, nas quais foram fotografadas parte da coleção do Porantim, observamos que muitas das matérias e artigos de opinião do jornal versavam sobre a terra, seja acerca das invasões e disputas de território, demarcações, direito as usufruto, entre outros assuntos. Nas entrevistas apresentadas em nosso primeiro capítulo, um dos colaboradores do jornal coloca a questão da terra e seus desdobramentos da seguinte forma “Para mim o papel histórico do Porantim foi de lutar pela Reforma Agrária,

tanto para os índios como para os lavradores sem-terra. Seu papel era furar o cerco para divulgar a causa indígena” (Entrevista nº12 apud VIEIRA, 2000, p 105).

Diante disso, nesta parte da escrita, procuramos trazer como o jornal articulou a temática da terra, mas de maneira mais geral. Podemos partir de algumas questões: qual problemática aparece com mais frequência nas matérias? Quando e como aparece com mais força o debate por demarcação de terras? Quem são os envolvidos? O objetivo é compreender de maneira ampla, quais discussões relacionadas à terra aparecem com mais frequência e os agentes envolvidos. Para organização da análise de nossas fontes ao responder os questionamentos acima, optamos por dividir a escrita deste tópico por períodos, devido a dinâmica do jornal, que não possui grandes padronizações, de modo a acompanhar as transformações das discussões ao longo dos oito anos analisados. Diante disso, nossa metodologia de seleção da documentação que fez parte do texto vai mudando, aspecto que foi explicitado ao longo da escrita.

Começamos com um quadro geral das capas. Como aponta uma reconhecida historiadora da área, Maria Helena Capelato (1988, p. 18), todos os jornais, mesmo os mais sóbrios aos mais alternativos, concentram-se em oferecer na primeira página uma apresentação mais persuasiva, quase uma “propaganda da mercadoria”. Como destacado na primeira imagem deste capítulo (Imagem I), as seis capas apresentadas, contemplando todo nosso período de análise, trazem duas noções; uma primeira da terra como algo essencial para a vida e existência dos indígenas, traduzida nas manchetes “Terra para viver” (março de 1980), “Tantas vidas pouco chão” (janeiro/fevereiro de 1981) e “Terra é vida” (janeiro/fevereiro de 1984) e outra ideia mais focada na luta pela manutenção/reconhecimento dos territórios como “Terra sim violência não” (janeiro/fevereiro de 1982), “Na Colômbia, índios organizados recuperam suas terras invadidas” (dezembro de 1984) e “A esperança da demarcação chega aos Deni” (novembro de 1985).

No caso do segundo eixo, foram utilizadas fotos que trazem uma proposta de sensibilidade, duas com crianças e outra com um grupo aparentemente reivindicando a demanda apresentada no título. Para o caso do primeiro, o jornal parece ter preferido uma opção mais abstrata, com desenhos ou apenas a fonte ocupando todo o espaço. A partir dessas capas e ao longo das leituras do material, podemos dizer que esses dois eixos fazem parte de todas as publicações que analisamos, no geral, de maneira até direta, em entrevistas com os indígenas ou nas várias denúncias que nortearam as matérias e artigos publicados.

3.2.1. Mapeando o jornal: o ano de 1980

O problema da invasão das terras pode ser observado desde o primeiro número, em 1978, sobre uma aldeia xavante (EDITORIAL, 1978, nº 1, p. 2) e segue na edição de janeiro-fevereiro de 1980, sendo durante todo o ano o problema da invasão dos territórios o mais presente. Realizando um panorama a partir do que foi colocado nas páginas do jornal para o ano de 1980, percebe-se a permanência da questão, que aparece em média de três ou quatro matérias (e artigos de opinião) por número, totalizando as dez edições anuais. É o ano com maior número de menções à temática analisada, o que pode ter relação com a promoção de duas Assembleias de lideranças indígenas ocorridas em Brasília e Manaus nos meses de junho e julho (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 188). Devido a isso, optamos por analisar este ano em separado e de maneira mais aprofundada, para tentar estabelecer alguns padrões nas demandas apresentadas e na própria organização do jornal.

Na edição de março de 1980, o tema já estava presente na capa (imagem I) com a chamada “Terra para viver”. Na mesma edição, em uma seção voltada para a teologia, o padre Paulo Suess escreveu um extenso artigo chamado “Terra para viver ou para negociar. Apontamentos para uma ‘Teologia’ a partir dos povos indígenas”. Ocupando duas páginas centrais no jornal, a escrita desenvolve vários tópicos argumentativos relativos a terra e propriedade, com uma crítica veemente ao capitalismo. Segundo ele, o conflito com os povos indígenas é marcado pelo extermínio, como no caso dos assassinatos dos caciques Ângelo Pereira Xavier (Pankararé) e Ângelo Cretã (Kaingang); e vários outros exemplos de embates por disputas de terra que o teólogo apresenta. Suess define dois tipos de propriedade: a vivencial, caracterizada pela posse da terra é “condição de sobrevivência, mestra da vida, de trabalho e fazer”. Já a capitalista, a terra e seus produtos são mercadorias a serem negociadas com o objetivo de lucro. No meio da página ainda há um desenho de um indígena preso a um pau de arara triangular ao lado da frase “Triângulo Mortal: o índio no pau-de-arara do capitalismo”. No texto o autor explica essa imagem, que faz alusão a expropriação, exploração e acumulação (de capital). Na própria imagem são colocados esses conceitos com uma lista de exemplos, o indígena amarrado é nomeado como “os meios” (SUESS, 1980, nº 16, p. 8).

A escrita foi norteadada por essas discussões um tanto teóricas e como elas se relacionam com a evangelização dos povos indígenas. O texto é voltado para a leitura de outros teólogos e também são apresentados na análise conceitos como monopólio, capital, produção, mão de

obra, expropriação das terras indígenas, entre vários outros; não é um material para todo o público do jornal, como outras matérias do mesmo número sobre o mesmo assunto, em que no caso são entrevistadas lideranças indígenas que apresentam ideias sobre a terra não “comercializável” muito semelhantes (SUESS, 1980, nº 16, p. 6).

Seguindo com outras matérias, no caso das não assinadas, e tentando mapear quem são os principais sujeitos envolvidos, podemos dizer que eles são muitos, desde os órgãos governamentais, agentes privados diversos, desde grandes empresas multinacionais a pequenos sujeitos, como posseiros e trabalhadores rurais ou jornaleros, entre outros. O jornal foi eficaz em trazer nas suas escritas essa complexidade de interesses.¹⁰

Destacamos uma matéria que exemplifica esse emaranhado de atores sociais. Em uma escrita direta denunciando as dificuldades dos Potiguara na Paraíba, que vão desde direito a autodeterminação, problemas com a escolha do chefe de Posto Indígena a demarcação de terras, aspectos pontuados já no título “Pró-ácool, usineiro e Funai tomam terra Potiguara para plantar cana”. O jornalista focou nas tensões envolvendo o plantio de cana no território pelos próprios indígenas, iniciativa que recebe apoio da chefia do posto local e da própria FUNAI. Segundo o jornal, o problema está na forma de financiamento, colocando em risco a perda da terra. O texto ainda menciona problemas com o turismo e especulação imobiliária com a construção de casas dentro das terras indígenas na cidade de Baía da Traição; como ainda a falta de medicamentos e recursos humanos no posto de saúde e dificuldades de atender outras necessidades básicas; e problemas na negociação e venda de produtos produzidos pelos Potiguara devido ao arrendamento pelo chefe do Posto Indígena. O material apresenta um breve resumo histórico da situação do povo, com informações desde o período colonial. Logo abaixo, foi colocado um quadro informativo com a seguinte chamada “Polícia impede demarcação” que traz todo o percurso e sujeitos envolvidos no processo. O texto para situar

¹⁰ Não apenas as matérias com títulos relacionados à terra trazem essas informações. Observamos que mesmo com foco em outro assunto, como o caso do título “Wamiri-Atroari, os ‘mais ferozes do mundo’” fortalecem confederação”, uma parte da escrita foi voltada para as tensões no território, trazendo as características que elencaremos para as matérias analisadas neste subcapítulo. Publicado no início do ano, janeiro/fevereiro, em um subtítulo direto “Terras invadidas”, abordando o território dos Wamiri Atroari na Amazônia. O trecho da matéria realiza em sua narrativa uma argumentação histórica das invasões, retomando as entradas do colonizador no século XIX, ataques e massacres em 1905, para apresentar a situação do território no momento da escrita, ameaçado pela construção de uma hidrelétrica, que inundaria as moradias dos indígenas. Em um tom de denúncia, a narrativa apresenta vários agentes envolvidos: como a FUNAI, a ELETRONORTE, colonos cadastrados pelo INCRA, a empresa de minérios Paraná-Panema que invadiu parte do lugar, roubo de madeiras denunciado por caminhoneiros e turistas invadindo a região para caça e tirada de peles (PORANTIM, 1980, nº 15, p. 3). O exemplo acima é interessante para mostrar a importância do tema nas denúncias e abordagens do jornal, que perpassam todo o periódico, e é interessante para demonstrar como existia um certo padrão de informações que foi colocado em todas as publicações, como histórico e denúncias de invasores. Pontuaremos essas questões logo adiante.

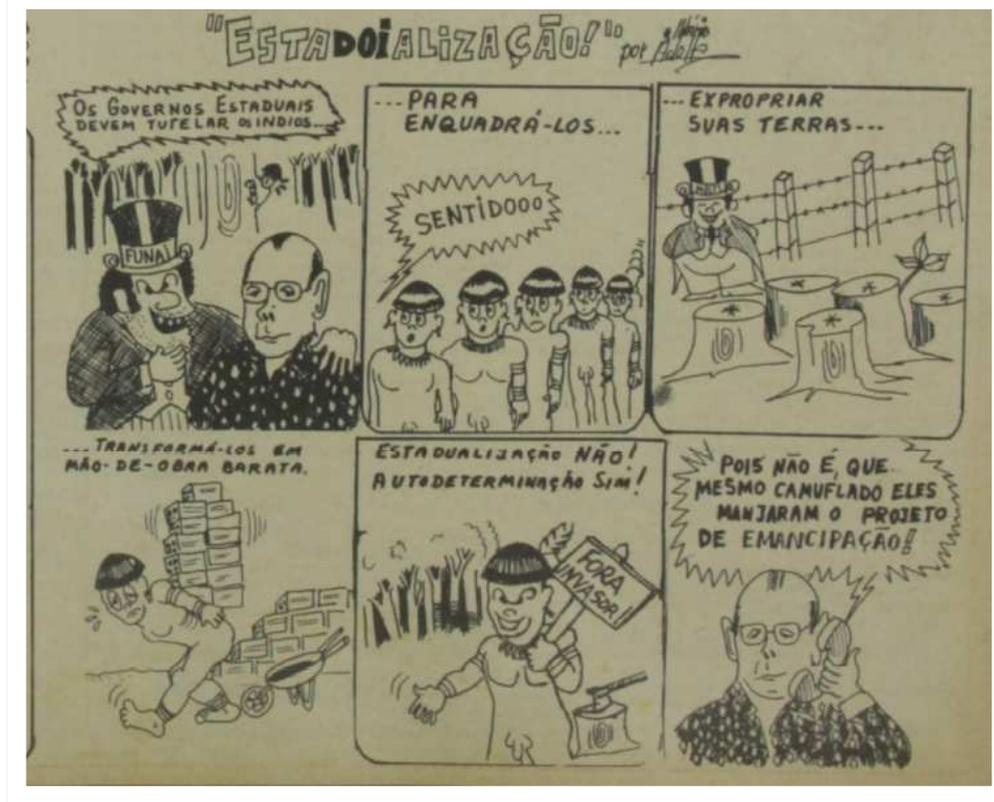
onde é a área e seu tamanho remonta as sesmarias e seus marcos físicos (de pedra) e na ausência destes, a prevalência do saber tradicional por parte dos anciãos sobre o território. Com a demora da FUNAI na efetivação da demarcação, os próprios Potiguara a fizeram, o que resultou em repressão pela Polícia Federal. Por fim, a escrita cita o Estatuto do Índio, no qual estabelece que as demarcações das terras indígenas deveriam ser realizadas até 19 de dezembro de 1978, mas estão sendo postergadas devido a interesses particulares (PRÓ-ÁLCOOL..., 1980, nº 17, p. 4).

Desde as primeiras matérias analisadas, em muitas delas, percebemos uma narrativa que apresentou uma preocupação em mostrar um embasamento histórico sobre a experiência da relação do povo apresentado com o governo (colonial, imperial ou republicano). Em outra matéria chamada “Líderes indígenas dos Purus: Paumari, Jarawara e Jamamadi defenderão terra dos Apurinã” (1980, nº17, p. 6), que apresenta as falas transcritas das lideranças dos quatro povos mencionados no título, ouvidas em uma assembleia no município de Pauini, Amazonas. São apresentadas questões bem interessantes acerca da memória do território e suas tensões com os poderes estatais que exigem um tipo “físico” de comprovação desta memória, o documento. Isto pode ser sintetizado no destaque de uma foto da assembleia colocada junto a frase de uma das lideranças dos Apurinã, Lopinho: “[...] cadê documento? Eu disse: índio não precisa de documento. Nós nascemos aqui” (p. 6).

Os depoimentos trazidos pelo jornal são em sua maioria do povo Apurinã e também destacam o quanto os indígenas se sentem enganados pelo branco, que tenta de diversas formas tomar suas terras e evitar as demarcações, na fala da liderança Apurinã, Agostinho, isso acontece desde o “descobrimento” com Pedro Cabral (trecho destacado pelo jornal em negrito). São comentadas ainda, a atuação da FUNAI que promete ajudar marcar o território, mas nunca faz, sendo acrescentado na matéria um quadro com o conteúdo de uma carta produzida para o presidente da Funai, chamada de “Por esta terra, faremos a guerra”, contendo as discussões da reunião.

Acerca do roubo das terras e o envolvimento de agentes governamentais, encontramos uma charge que traz os elementos discutidos nos textos do jornal. Publicada em abril de 1980, tece de forma debochada uma crítica a tutela pelo Estado, que levaria a perda de direitos, entre elas, a terra.

Imagem 2



Charge na edição de abril de 1980. PORANTIM. “Estadoialização!” Porantim. 1980, nº17, abril, p. 13. Em outros desenhos do jornal, o indivíduo que tenta roubar as terras é sempre representado como um homem de cartola com os logos, seja da FUNAI, dos EUA ou de empresas multinacionais. O tema da autodeterminação foi um dos mais debatidos no período da Constituinte.

Sobre a caricatura, ela possui uma linguagem mais direta, com uma compreensão mais fácil e possibilidade de comunicação nas massas, sendo utilizada no passado por alguns jornais de grande circulação como uma maneira de ampliar bases de apoio para determinadas demandas (CAPELATO, 1988, p. 16). No caso acima, o desenho abordou de maneira simples algumas das discussões mais elaboradas apresentadas nas matérias e artigos, o que mostra que o Porantim nas suas publicações, poderia dizer a mesma coisa na mesma edição em formatos e linguagens diferentes, na tentativa de atender a sua diversidade de público, que poderia ser desde o missionário, o índio, o sindicalista e acadêmicos, como colocado pelo jornalista na edição comemorativa de dez anos do jornal (BESSA, 1988, nº 108, p. 13).

A tensão com sujeitos privados e as demarcações são constantes. Em junho/julho de 1980, na seção Terras, encontramos duas matérias de denúncia. Uma sobre os Tenharim com a chamada de título “Restaurante dentro da área indígena” (1980, nº 19-20, p.7) e outra sobre os Pirahã “Roubo de terras e assassinato: FUNAI sabe e não faz bulhufas” (1980, nº 19-20, p. 7), ambas na região amazônica. Na primeira, é relatada a instalação de um restaurante próximo à rodovia Transamazônica, relacionada com o acesso à mineração, garimpo, roubo

de madeiras, entre outros, além da captação de trabalho dos próprios indígenas para o garimpo nas próprias terras. A escrita explica que já foi delimitada a área, mas ela é pequena e deixou de fora cabaceiras de rios e territórios tradicionais, reclamações que foram ignoradas pela FUNAI. Para situar o leitor, foi apresentado um histórico da região e sua relação tensa com pessoas externas ao povo, desde os portugueses, colonos do sul do Brasil e mineradoras. Na segunda, também foi apresentada uma narrativa de omissão da FUNAI, no caso, sobre o direito aos castanhais, atividade de subsistência do povo Pirahã, que foram apropriados por um ex chefe de posto do antigo SPI e seus parentes que “herdaram” o local (ROUBO..., 1980, nº 19-20, p. 7).

Nesse primeiro ano de análise, os povos que aparecem com maior frequência são os da região Norte, seguidos do Nordeste e algumas matérias sobre o Mato Grosso, e para o Sul do país, apenas os Kaingang do Rio Grande do Sul. Sobre a predominância de populações na região norte, como colocado por Carneiro da Cunha (1994, p. 124), essa concentração populacional pode estar relacionada ao fato da Amazônia ter permanecido distante dos surtos econômicos e avanços das frentes colonizadoras ao longo da história. A antropóloga ainda pontua que devido a discriminação, muitas pessoas não se identificavam como indígenas por receio do preconceito e, nos anos 1980, esse processo mudou, o que influenciou no “aparecimento” de povos na região.

Acerca da aparição das populações indígenas do Sul, ela é bem pontual. Com o título: Kaingang à FUNAI: “Devolva nossas terras e por favor não nos ajude”, uma breve matéria na seção sobre Assembleias, do CIMI Sul, na qual lideranças de Votouro e Nonoai denunciam em um documento a parceria entre a FUNAI e o governo do Estado em arrendar terras e vender madeiras do território. O jornal publicou o material organizado pelos indígenas na íntegra, ao lado de uma foto de uma família não identificada. De forma direta, é solicitado que as terras retiradas (arrendadas) pelo governo em anos anteriores a 1963, sejam devolvidas, pois a população Kaingang estava crescendo (KAINGANG..., 1980, nº 19-20, p. 8).

Logo ao lado da matéria colocada acima, o jornal apresenta outra sobre os Kaingang de Nonoai, “Xangrê, ameaçado de morte” o certo é tomar as terras de latifundiários”, na qual em uma página inteira é apresentada uma entrevista com a liderança. São incluídos três quadros: um explica quem é o cacique Nelson Xangrê, contextualiza a situação do território e menciona a importância de indígenas e lavradores (posseiros) se unirem contra os latifundiários; outro quadro, aparentemente, com uma foto que não é possível visualizar

porque ficou muito escura; e outra foto de um missionário e do cacique. No geral, as perguntas e respostas são diretas sobre o tema das ameaças, que partiam de pessoas da FUNAI, e sobre a situação do cacique. Mas, observamos que algumas das perguntas realizadas pelo jornal são específicas sobre os temas que o próprio Porantim apresenta em suas diversas matérias, como a união entre “oprimidos”, ou seja, de indígenas e lavradores, o movimento pela terra em outros países, Equador e Peru, a ação da Igreja e do CIMI, vinda do Papa ao Brasil (XANGRÊ..., 1980, nº 19-20, p. 9).

Como observado acima, outra discussão relativa à terra que é frequente na argumentação das matérias, foi a tentativa de unir os indígenas com outros grupos subalternizados na questão do acesso ao território e trabalho.¹¹ Encontramos essa abordagem em uma matéria que sintetiza esse posicionamento, com o título “O fazendeiro enganou. Peão não sabia que a terra era de índio”, na seção Conflitos no Xingu, e com uma chamada convidativa: “Délío, o peão ferido, conta tudo”. O texto é longo e possui várias transcrições da fala de Délío com uma foto sua, no qual está ferido e recebendo cuidados médicos em um hospital de Brasília; e com títulos secundários fortes como: “Bebendo urina”, “Fazendeiro enganou”, “Raiva dos índios”, “Vida de Peão”, “Destribalizados”. O texto principal inicia complementando o título “Eu não sabia que a terra era dos índios. Se eu soubesse eu não iria lá. Nós fomos enganados pelos fazendeiros”. No ataque onze dos quinze peões morreram ao entrar em conflito com 91 indígenas de vários povos. Segundo apura o jornal, os peões foram contratados para desmatar parte do território na região. Formados por pessoas do nordeste e Minas Gerais, a narrativa explica como eles são, muitas vezes, forçados a trabalhar em condições miseráveis e exaustivas e enfatiza a ignorância do peão sobre a terra indígena, e os coloca como pessoas “desenraizadas da sua terra”. No fim, é apresentado um comentário de Paulo Suess, secretário nacional do CIMI, que reforça a narrativa de união entre indígenas e trabalhadores rurais: “[...] lamentamos muito esse confronto entre índios e peões, que na realidade devem se juntar para expulsar os latifundiários. [...] Na verdade, os peões são os escudos dos latifundiários” (O FAZENDEIRO..., 1980, nº 22, p. 4). O texto é um dos únicos casos que encontramos que o conflito entre posseiros e indígenas resulta em morte apenas

¹¹ O jornal não é muito preciso em relação as diferenças entre as categorias sociais que envolvem os trabalhadores rurais. Ao longo dos anos, nos textos, peões, camponeses, posseiros, sem-terra, colonos e outras denominações parecem funcionar como sinônimos, podendo ser apresentados como oprimidos juntos aos indígenas ou como inimigos que colaborarão com os fazendeiros na invasão e expropriação dos territórios originários. A narrativa vai ser estabelecida de acordo com a argumentação e situação narrada pelo editorial, o que também mostra a complexidade da situação de vida desses sujeitos. Percebemos ainda diferenças regionais na forma de denominar essas pessoas que influenciaram na escrita do jornalista, como, por exemplo, o termo colono é encontrado apenas nas matérias sobre Santa Catarina.

para os posseiros, no geral, esses conflitos estão em várias das matérias analisadas, mostrando o quanto a prática foi comum e envolvia muita violência e mortes de ambos os lados.¹²

Uma questão que aparece para 1980 em vários textos é a autodemarcação do território. Observamos isso, por exemplo, em uma matéria sobre os povos Tupinikin e Guarani, de título “A demarcação na marra vence Aracruz Celulose”, na seção da Assembleia Indígena. Dividida entre o texto principal e um quadro narrando de maneira resumida a disputa dos indígenas e da multinacional. Neste espaço, foi retomada a disputa desde o período colonial, e como a empresa entrou nesse contexto de apropriação do território originário na década de 1970. O texto do quadro destaca ainda o uso de documentos históricos por parte dos indígenas para embasar a escolha da área que foi demarcada. O material apresenta uma foto dos indígenas fazendo os marcos a picada em uma mata, sendo esta experiência compartilhada com outras lideranças durante a assembleia. Na escrita mais longa, são narradas outras tensões com fazendeiros e as plantações dos indígenas. As críticas à FUNAI são bem diretas, como na fala transcrita pelo jornal de Benedito Joaquim, Tupinikin: “Se índio estiver acreditando que a FUNAI vai ajudá-lo, pode pegar a faca e cortar o pescoço [...] Ela ajuda mesmo é os fazendeiros” (A DEMARCAÇÃO..., 1980, nº 21, p.8).

Em algumas publicações, nota-se uma crítica à maneira como o território é compreendido pelos sujeitos não indígenas. Como no caso desta matéria, com um título provocativo: “Tuxaua¹³ Wapixana: fazendeiro não ama a terra e por isso negocia com ela” a escrita apresenta um tom defensivo e combativo, trazendo falas produzidas em assembleias de lideranças indígenas, em Manaus, que criticam a comercialização do território por meio da venda deste ou criação de gado. O direito à terra é relacionado com a autodeterminação, que será conquistada pelas demarcações para não existir o conflito com os fazendeiros. Há um apelo histórico e emocional, sobre o viver um passado sem preocupações com invasores, felizes e “uns ajudando aos outros”. Foi estabelecida uma comparação entre o branco que não ama a terra e o indígena que a tem como alguém da família, como uma mãe ou filho, portanto impensáveis de serem vendidos. Ainda é enfatizada a importância das demarcações, estabelecendo uma comparação entre um passado no qual isso não era necessário e a necessidade trazida pelos “civilizados” (TUXAUA..., 1980, nº 16, p. 6).

¹² Voltaremos neste caso no subcapítulo sobre o Porantim e suas críticas aos veículos da grande imprensa que realizaram reportagens sensacionalistas acerca do caso.

¹³ Liderança. É um termo utilizado pelos povos amazônicos.

Ao longo da leitura do material do ano de 1980, percebemos que há diferenças significativas entre matérias não assinadas e os artigos de opinião produzidos por teólogos e por jornalistas/antropólogos. Recorrendo a algumas colocações de Capelato (1988, p. 34), acerca das múltiplas narrativas que existem nesse tipo de fonte, nas quais a pesquisadora explica como um acompanhamento desses discursos permite uma percepção da movimentação de ideias de um período, permitindo perceber a complexidade da luta social. No contexto, diferentes grupos interagem se distanciando ou se aproximando de acordo com o momento, trazendo o diálogo entre projetos diferentes que se mesclam ou entram em conflito e, a partir disso, podemos captar a atuação desses diferentes grupos com suas próprias orientações e interesses. Diante disso, podemos nos perguntar, quem são os grupos envolvidos na produção das matérias publicadas pelo Porantim. No primeiro capítulo, apresentamos alguns deles, porém, como suas intervenções aconteciam no jornal? Com base nos anos 1980 mapeamos três grupos ou projetos, com objetivos parecidos, todos devidamente alinhados com a proposta do jornal, de militância com a causa indígena, mas com abordagens e público-alvo bem diferentes.

Um primeiro formado por teólogos que publicam nos editoriais e artigos de opinião. São escritas longas com conceitos teológicos e teóricos em diálogo com a Teologia da Libertação¹⁴, trazendo discussões da área e preocupações acerca das abordagens e reflexões sobre a evangelização dos povos indígenas e o papel do missionário no contexto tumultuado dos anos 1980. O segundo tem em sua maioria antropólogos (alguns jornalistas e historiadores) que escrevem artigos e reportagens com uma narrativa mais técnica ou acadêmica. No geral, também são materiais longos (alguns chegam a diminuir o tamanho da fonte padrão significativamente), ocupando no máximo duas páginas inteiras, com referências bibliográficas para embasar a argumentação, assim como o uso de mapas e gráficos¹⁵. Apesar

¹⁴ A questão é discutida diretamente em um artigo publicado no jornal em setembro de 1985, por Paulo Suess, em “Teologia da libertação e causa indígena”, o teólogo explica um interesse mais recente do grupo nas discussões sobre “desafios culturais”, entre eles “a causa indígena, do negro e da mulher”. Segundo ele, “a teologia da libertação considera o povo cristão, pobre e oprimido, com seus anseios por transformação profunda, como agente histórico desta transformação. Eis o dilema [...] frente o desafio da causa indígena (SUESS, 1985, nº 79, p. 10). Como podemos perceber a discussão sobre uma união entre oprimidos fazia parte dos sujeitos envolvidos diretamente na fundação do jornal e permeava a narrativa das matérias não assinadas e tecnicamente de caráter não teológico.

¹⁵ Para o caso do primeiro, colocamos um artigo do Paulo Suess no início que é um bom exemplo. Para o segundo, vale destacar um artigo escrito por Ricardo Parente, em janeiro/fevereiro de 1980, chamado “Apurinã: uma nação em luta pelas nascentes de seus rios”. Em um subtítulo “Demarcação mal feita” o autor tece críticas sobre o território demarcado para os Apurinã, no Acre. O jornalista ainda elaborou um mapa para demonstrar o quanto a área demarcada era estreita, um retângulo, sem nascentes que tinha de um lado um rio e do outro uma rodovia. O autor critica os critérios utilizados pela Funai, que foi a presença de uma escola de alvenaria e um indígena “erroneamente identificado”, fornecendo dados bem específicos de medidas e da legislação envolvida, como o Estatuto do Índio e decretos. Ele também menciona que um proprietário local se beneficiou dessa

das diferenças, em comum com as outras matérias do Porantim, ambos os grupos escreveram materiais que trazem denúncias sobre as várias violências praticadas por diversos agentes sociais contra os indígenas.

O último reúne as várias matérias não assinadas, com narrativas diversas, mas que mantêm uma coerência na escrita, que é direta e mais simples, geralmente abordando denúncias acerca das violências praticadas contra as populações indígenas; para o nosso recorte temático, as várias tensões envolvidas nas disputas por terra. Esses textos também se destacam por ter uma “presença” mais efetiva dos próprios indígenas, por meio de entrevistas ou recortes de falas em reuniões ou assembleias. Evidentemente, estamos cientes que essas narrativas passaram pela escolha do jornalista que produziu a matéria, recortando e selecionando o assunto de acordo com o objetivo do momento.

Retomando Capelato (1988, p. 34), para ela é na parte opinativa dos jornais, nos editoriais e artigos, que observamos os posicionamentos político-ideológicos, contudo nos outros espaços, como os noticiários ou a própria apresentação do periódico, também são manifestados opiniões e posicionamentos. De certa maneira, os dois primeiros grupos, teólogos e antropólogos, foram abordados no capítulo primeiro, tanto as narrativas antropológicas dos anos 1980 como nas entrevistas, e seus posicionamentos e objetivos estão colocados. Partindo disso, é interessante para tentar responder as perguntas colocadas no início, acerca das discussões relacionadas à demanda por terra e os agentes envolvidos, abordar justamente as matérias mais gerais, que proporcionam uma diversidade de conteúdos e sujeitos maiores. Portanto, delimitando mais a análise, a partir daqui nos dedicaremos apenas as matérias anônimas, deixando de lado os artigos produzidos por teólogos e antropólogos.

3.2.2. Os Anos de 1981 a 1984

Para o ano de 1981, seguimos com questões e abordagens semelhantes a 1980, mas com ênfase sobre as demarcações de terra. Destaque para a seção “Assembleia Indígena” da edição de março, com três matérias que fazem a cobertura do evento. A primeira sobre a Assembleia Geral das autoridades indígenas do Território Federal de Roraima, ocorrida em janeiro. Com o título “Aliança dos povos em defesa das terras”, o jornal foi bem direto acerca do conteúdo

escolha. No geral, a matéria longa apresenta uma escrita densa em informações técnicas (PARENTE, 1980, nº, p. 14). Comentamos também que nem sempre esses artigos não são assinados, mas seguem com a descrição que colocamos no texto.

das discussões na frase que abre o texto “O assunto que vamos tratar, então, é como vamos fazer para defender as nossas terras [...]” (1981, nº27, p. 4). No geral, o texto é bem informativo sobre quem esteve presente e como funcionaram suas participações, seguindo um caminho parecido da cobertura de eventos observado no ano anterior, que coloca trechos das falas de algumas lideranças. O assunto da terra é o principal, mas, é no compartilhamento sobre a compreensão de como acontece o processo de demarcação que se interessavam, questão colocada pela liderança Wapixana, Alcides. Os relatos da matéria seguem com as falas de outras lideranças sobre exemplos de terras demarcadas. O resumo do Porantim colocado no fim da matéria acrescenta os problemas com fazendeiros e sua proximidade com algumas lideranças que recebem favores, colocação também de Alcides (ALIANÇA..., 1981, nº27, p. 4).

Na matéria em sequência, “Não precisa ter medo, porque unidos somos mais fortes” (1981, nº27, p. 4), funciona como um complemento da primeira, destacando um convite para a união, seguido da publicação de uma carta produzida no encontro chamada “Demarcação deve atender os interesses das comunidades”, endereçada ao presidente da FUNAI, nomeando regiões que deveriam ser demarcadas para evitar que fazendeiros, principalmente do sul do Brasil, comprem (ocupem).

Já a terceira é sobre o encontro em Minas Gerais e possui um título com tom de denúncia “Violência e suborno para reduzir demarcação” (1981, nº 27, p. 6), com foco nas discussões sobre as “artimanhas da política indigenista oficial”. O texto fala de tentativas por parte da FUNAI, em atrapalhar a participação na assembleia de algumas lideranças. Seguindo o padrão das matérias sobre assembleias, são transcritos trechos de algumas falas, todas pautadas pela questão da demarcação, suas dificuldades e a pressão das autoridades do momento para que os indígenas cedessem parte do território.

Ao longo do ano, várias outras matérias versam acerca das mesmas dificuldades em seguir com as demarcações, com denúncias em relação à omissão da FUNAI, invasores nas terras e a necessidade da união entre diferentes povos como uma forma de pressionar o governo. Os desdobramentos das Assembleias do início de janeiro aparecem em outras edições, nas quais percebemos uma organização em desenvolver as “dicas” trocadas, como a elaboração de mapas, demandas específicas como a demarcação de áreas contínuas e não “ilhas”, possibilidades de desenvolvimento econômico dentro das terras (TERRA CONTÍNUA..., 1981, nº 29, p. 12). Diferente das matérias escritas em 1980, que traziam

sempre um panorama histórico do território com todas as dificuldades que as populações indígenas tiveram na manutenção das áreas, no ano de 1981, o foco foi trazer as articulações para uma cobrança mais elaborada das demarcações, apesar de algumas escritas ainda seguirem esse padrão.

O ano de 1982 começa com uma edição de janeiro/fevereiro especial com a temática da terra (imagem I). O dossiê conta com uma capa interna própria (imagem III), que mostra um desenho parecendo representar a miscelânea dos temas presentes nas reportagens publicadas e um pequeno texto trazendo alguns números das demarcações. O material é formado por dez artigos não assinados individualmente¹⁶, um tanto extensos (ocupando páginas inteiras, alguns com uma fonte menor) e elaborados em termos de informações e organização do espaço.

Em linhas gerais, são materiais que se dedicam a comentar a situação de vários povos, os títulos das reportagens são muito elucidativos de seu conteúdo, sendo a escrita pautada em uma abordagem por assuntos, vejamos alguns deles: críticas a maneira como as demarcações são realizadas pelo governo como na matéria “Área rica? Já basta: extermínio vem por decretos” (1982, nº 36, p. 8); o interesse pela exploração das terras por agentes privados diversos “Tudo em troca de represas, minérios, pesca” (1982, nº 36, p. 9); e “Aqui, empresa ganha reserva Waimiri” (1982, nº 36, p. 10-11); a mobilização dos povos indígenas em busca da demarcação, que mesmo com divergências internas se uniu “Ajuri. Arma Tukuna contra opressão” (1982, nº 36, p. 14); a importância da trajetória histórica no território como um embasamento para o direito às demarcações “Na Amazônia, o progresso que não respeita origens” (1982, nº 36, p.12) e “Wapixana, à luta” com um histórico desde o século XVI dos enfrentamentos com colonizadores (1982, nº 36, p. 13); sobre a dificuldade de obter informações junto ao governo de quais terras estão em processo de demarcação junto a um histórico dos vários alvarás/decretos/Constituições de 1891 e 1969 sobre o direito a posse de terras “Direito legalmente aceito. Adianta?” (1982, nº 36, p. 15); discussões de como os processos relativos a essas demarcações eram pautados na legislação sem diálogo com a realidade dos povos indígenas, chegando a beneficiar posseiros e ignorar territórios onde há conflitos pela posse, como em “Usucapião, paliativo com rótulo de reforma agrária” com dois títulos secundários interessantes: “Obstáculo à demarcação” e “Justiça deve emperrar” (USUCAPIÃO..., 1982, nº 36, p. 16), e “Omissão amparada por lei” (1982, nº 36, p. 16),

¹⁶ Assinam o número especial os jornalistas: Ademir Ramos, Lúcio César Tadeu, Eurípedes Claiton e Montezuma Cruz. Apesar de nossa escolha em só trabalhar com matérias não assinadas, não podíamos deixar fora da análise um número especial sobre o tema desta pesquisa e, tecnicamente, são textos não diretamente assinados.

matéria que publicou na íntegra a nova lei com uma chamada que resume a opinião do jornal sobre: “Um texto dúbio, que não resolve. Confira”. Por último, uma denúncia acerca das invasões de petroleiras, “Corrupção, novo inimigo dos Sataré”, na qual destacam em meio à página, a seguinte frase: “O delegado da FUNAI apoiou a invasão da área pela multinacional e agora está na mira do CSN. Os índios esperam” (1982, nº 36, p. 20).

O conjunto de matérias publicadas na edição especial de terras, nos oferece uma oportunidade mais concreta de observar as escolhas dos títulos, já que nem sempre eles tinham um padrão ou traduziam o conteúdo do texto. Neste ponto, concordamos com Vieira (2000, p. 65) sobre os títulos não possuírem uma linguagem e estilo muito preciso, em que o jornal utilizava apelos intelectuais e emocionais para comover e convidar o leitor para a leitura do texto, podendo não ser informativos. Neste último aspecto, os títulos desse número são úteis e informam bem o conteúdo das matérias.

O dossiê com a temática da terra sintetizou em um só volume, toda a complexidade envolvida das disputas pelo território e como a demarcação exigiu uma organização e mobilização por parte dos indígenas que foi sendo construída ao longo de encontros como as assembleias de início do ano. Em relação a forma como o jornal descreve as articulações dos indígenas, é percebida uma mudança na sua argumentação, que em 1980 defendia uma união entre indígenas e trabalhadores rurais mais pobres e em 1982, a partir de mudanças na legislação sobre as terras, esses posseiros não são vistos mais como possíveis aliados, pelo contrário, passaram a ser invasores incentivados por fazendeiros ou órgãos do governo (USUCAPIÃO..., 1982, nº 36, p. 16).

Ainda em 1982, no fim do ano em novembro, foi realizada uma matéria com destaque na capa da edição “Terra sim - violência não” (imagem III), apresentado quais seriam os debates da Semana do Índio de 1983. O lema do evento foi o mesmo título da matéria, e sua organização é do CIMI e da CNBB. A escrita contou com discussões sobre genocídio, etnocídio, violência, hierarquia de culturas, entre outros (TERRA-SIM..., 1982, nº 45, p. 13). A abordagem segue na primeira edição de 1983, na capa (imagem I), e em uma reportagem de quatro páginas, com o mesmo título da citada acima, dividida em três eixos: análise da realidade, discernimento na fé e ação solidária. No material é reproduzido o texto base do evento chamado “Reflexão sobre a violência contra os povos indígenas e a nossa resposta na fé e na solidariedade” (1983, nº 47-48, p. 9-12).

Imagem 3



À esquerda, capa interna da edição de janeiro/fevereiro de 1982, p. 7, na direita, a capa de novembro de 1982 com a chamada “Terra sim violência não”.

O ano de 1983 segue com matérias semelhantes aos anos anteriores com denúncias de invasão aos territórios, como “INCRA invade terra Apuriña”, na seção Pessoas e Conflitos. O material apresentou informações enviadas pelos próprios indígenas em carta ao CIMI, na qual se posicionam junto à FUNAI e INCRA solicitando a demarcação devido a invasão do instituto no território (INCRA..., 1983, nº 50, p. 6); denúncias sobre brechas e mudanças na legislação do Estatuto do Índio “Decreto ameaça demarcações” também na seção de conflitos (DECRETO..., 1983, nº 51, p. 6), e denúncias sobre a autorização de mineração nos territórios indígenas “Saque ao minério nas áreas” em um grupo de matérias sobre “o pacote contra o índio”, um conjunto de medidas imposta pelo governo (1983, nº 58, p.5)¹⁷.

Já 1984 inicia com uma edição sobre a Semana do Índio com o lema “Terra é vida” (imagem I). O texto base publicado no jornal possui três divisões: terricídio, terra: espaço teológico e terra e política indigenista oficial, ocupando duas páginas, um pouco menos que o ano anterior, trazendo desenhos e uma escrita que mescla frases poéticas e de efeito, com uma estrutura narrativa que recortou e encaixou no texto várias falas de indígenas. Para o primeiro: “terricidio – a destruição de um povo pelo atentado contra suas terras, pela usurpação de seu território de origem, pela invasão de seu território geográfico” (TERRA É..., 1984, nº 59-60,

¹⁷ Trata-se do decreto nº 88.958 de 10 de novembro de 1983, publicado na íntegra na mesma matéria. O texto regulamenta a exploração de riquezas minerais em terras indígenas.

p. 10). No segundo, o enfoque foi estabelecer uma relação comparativa entre o indígena e sua terra com aspectos cristãos, traduzido em uma colocação “A terra é a Bíblia do índio, porque é o chão de sua história” (1984, nº 59-60, p. 10). O terceiro tópico lista uma série de problemas que foram causados pelas políticas oficiais em territórios indígenas. Comparado aos textos anteriores publicados sobre a Semana do Índio, este nos pareceu o mais acessível e eficiente, não apenas por ser mais curto, mas por comunicar de forma mais direta e simples as ideias do editorial.

O ano segue com divulgações sobre eventos acerca da temática, como a edição de março e uma matéria sobre a reunião do CIMI, em Mato Grosso, na qual estabelece um posicionamento oficial da entidade sobre a reforma agrária. O título “Terras indígenas e reforma agrária” sintetizou a matéria que apresenta uma convocatória de uma campanha nacional. Na escrita fica evidente que o jornal abandonou o discurso acerca de uma união dos mais pobres pela terra, mas retoma as discussões presentes desde os materiais analisados em 1980, sobre a crítica da exploração da terra pelo lucro e sua significância simbólica para os povos originários, como neste trecho: “Para eles, terra é fonte de subsistência, base de organização social, espaço vital, mãe, amiga, companheira e referência de valores culturais e religiosos” (TERRAS..., 1984, nº 61, p. 14). O histórico da colonização é mencionado, porém, de forma bem sucinta, resumido em uma frase “500 anos de resistência”.

As matérias para 1984 são acerca das assembleias indígenas e a mobilização pelas diretas já, com destaque para a UNI e lideranças como Ailton Krenak e Álvaro Tukano. Nos textos estão presentes com mais frequência as discussões sobre demarcações, mesmo assim, continuam as matérias de denúncia sobre invasão do território e problemas na legislação, mas elas não são mais o objeto principal das matérias das edições desse ano. O enfoque do jornal parece ter se transferido para as movimentações políticas, tanto nas capas como nos títulos das matérias. Essas mudanças percebidas foram endossadas em uma nota publicada na seção “Notícias da caminhada”, na qual apresentam algumas colocações do conselho editorial do jornal. Nesse balanço, do qual participaram: o bispo Dom Tomás Balduino; o assessor da Comissão Pastoral da Terra, Pedro Tierra; da UNI, Ailton Krenak; do CIMI Norte II, Nelio Rufaldi e outros secretários do CIMI; foram estabelecidas mudanças no enfoque do jornal para dialogar com a atuação do movimento indígena. Na escrita também foi colocado o interesse do Porantim em atingir um público mais amplo, incluindo os participantes de movimentos populares (CONSELHO..., 1984, nº 65-66, p. 18). Algumas dessas mudanças já eram perceptíveis a partir de 1983, as matérias que envolvem nossa temática de estudo são,

em sua maioria, sobre reuniões que ocorreram para mobilizar as discussões que serão pautadas em eventos e pelos movimentos envolvidos nas reuniões.

As edições a partir de 1985 serão analisadas no próximo subcapítulo devido a predominância na documentação dos debates em torno da Constituinte. Mesmo assim, é interessante já estabelecer algumas observações mais gerais e reflexões.

Os anos em que o periódico esteve em Manaus, até 1981, o enfoque foram as questões da região Norte, mas com várias menções a outras partes do Brasil, principalmente casos mais emblemáticos de disputas de terras e assassinatos de lideranças. Conforme foi avançando a década o jornal incluiu um panorama mais nacional e internacional (na seção Ameríndia que será abordada no tópico 3.4). Esse movimento se intensifica com a mudança em 1982 para Brasília.

Tecendo algumas colocações sobre quais abordagens relativas ao tema teriam se destacado no jornal. Há um padrão de informações que perpassam todas as matérias analisadas, são elas: um resumo histórico da relação do povo com os governos de determinada época; uma denúncia sobre as invasões e tensões envolvidas no território, principalmente sobre os posicionamentos (ou ausência dele) da FUNAI; destacamos também com certa regularidade, comentários sobre a união entre os indígenas e outros sujeitos subalternizados, como posseiros e outros trabalhadores rurais pobres, mas esse aspecto muda conforme a situação; juntamente a este último ponto, existem várias críticas diretas e indiretas ao capitalismo, e toda a pressão exercida por empresas e sujeitos privados interessados na exploração das terras indígenas.

Acerca da importância da memória e sua utilização na narrativa das matérias, argumentamos que essa valorização sobre se lembrar do passado, estava presente desde a primeira edição, na verdade desde a escolha do nome e simbologia do jornal, já que o Porantim em si é um instrumento com função memorialística, além de arma (EDITORIAL, 1978 n° 1, p. 1). Nesse sentido, gostaríamos de retomar os trabalhos de duas pesquisadoras apresentadas na Introdução, Catela (2017) e Cusicanqui (2010). A primeira propõe uma compreensão acerca do passado pautada em dois tempos distintos, caracterizados em uma memória curta e outra longa, e em sua análise na tensão entre essas duas memórias podemos observar a atuação dos sujeitos subalternizados. A pesquisadora constrói sua proposta teórica a partir da experiência da ditadura argentina, na qual explica que nesse contexto a experiência ditatorial foi entendida dentro da comunidade analisada (uma memória local e curta) como

uma continuidade e não como uma ruptura, como geralmente é abordada nas análises. Em suma, a população desse local entendia uma continuidade na violência exercida pelo Estado, sem distinguir se ela foi muito diferente no período da Ditadura (CATELA, 2017). Partindo dessa proposta, nas matérias apresentadas até o momento percebemos que o Porantim apresenta a luta pela terra das populações indígenas a partir de uma memória mais local (curta) que entende a experiência desde os primeiros anos da colonização, como uma continuidade, no qual o próprio tratamento recebido pelos indígenas permanece o mesmo com base na violência.

Pensando mais diretamente nas populações indígenas e essa mobilização sobre o passado, já que ela foi uma abordagem utilizada pelo jornal, mas também percebida nas entrevistas com indígenas destacadas pelo Porantim, principalmente nas matérias sobre as assembleias, o trabalho de Cusicanqui apresenta algumas reflexões mais específicas acerca dos povos originários. Também com uma proposta teórica que compreende a memória de forma dupla, ela analisa como a memória coletiva sobre o passado colonial na Bolívia, em específico de uma liderança, influencia e movimenta os posicionamentos mais atuais, “olhando para o passado para caminhar no presente e futuro” (CUSICANQUI, 2010, p. 212). Apresentado um pouco a forma como a autora elaborou sua reflexão, foi a partir de jovens aimará dos anos 1960, que não se encaixavam e sentiam-se estrangeiros no próprio país, devido as discriminações e a maneira hostil e degradante do Estado no tratamento das populações indígenas, apesar da incorporação formal dessas pessoas com uma narrativa integracionista. No contexto, essa geração viu no passado uma possibilidade de reelaboração, uma visão cíclica de percepção histórica, comum aos povos andinos, e que também entendia a situação colonial como uma continuidade que oprime, há uma organização em uma memória longa, lutas anticoloniais do século XVIII e condutas éticas pré-hispânicas, e uma memória curta, a partir de 1952 nas lutas revolucionárias.

Apesar de não ter uma figura heroica e respeitadas as várias diferenças de povos e contexto, para o caso das falas apresentadas e destacadas pelos jornalistas do Porantim, os indígenas articularam suas argumentações sobre o direito as terras e suas demarcações (ou autodemarcações), a partir da relação cíclica e de continuidade com o passado de desapropriações, aspecto que também foi destacado na Constituinte, como veremos a seguir. Trazendo alguns exemplos dentro das matérias já mencionadas, como na assembleia de apoio aos Apurinã, em que a liderança acusa o roubo das terras do povo desde Cabral e que não precisa de documentos para comprovar o seu direito, já que nasceu no território, assim como

os outros indígenas (ESTADUALIZAÇÃO!..., 1980, nº17, p. 6). Sujeitos particulares, como fazendeiros e mineradoras, também são encaixados na continuidade colonial de violência, assim como a resistência e utilização de instrumentos do próprio governo, como o uso de documentação histórica pelos indígenas para comprovar seus direitos (A DEMARCAÇÃO..., 1980, nº 21, p. 7). Também podemos perceber uma ideia de um passado moralmente mais positivo, como colocado na assembleia Wapixana, de um passado sem preocupações, feliz e de apoio mútuo, no qual a terra é compreendida como alguém da família, em contraposição a um presente que explora a terra de forma comercial e sem responsabilidade (TUXAUA..., 1980, nº 16, p. 6). Este último ponto dialoga especialmente com Cusicanqui (2010) na memória longa e sua valorização de condutas pré-coloniais. Para o caso do jornal, seus jornalistas conseguiram agregar muito bem essas questões em suas matérias, proporcionando destaque dessas falas na escrita e até nos títulos.

3.2.3. A terra e a Constituinte: 1985-1988

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. [...] (BRASIL, 1988).

O direito às terras por parte das populações indígenas no território brasileiro remonta ao período colonial, mais especificamente ao Seiscentos, desde a Carta Régia de 1609. Em 1680, o Alvará de 1º de abril afirma que os indígenas são senhores de suas terras e que outros títulos como as sesmarias, não teriam valor. Na Constituição de 1934, a princípio, respeita-se a posse dos indígenas sobre suas terras. Esse conceito começou a mudar quando começou a se negar a identidade aos indígenas, o que ocasionou a negativa de direitos específicos (CARNEIRO DA CUNHA, 1994, p. 127). Questão que muda com a promulgação da Constituição em 1988, na qual os povos indígenas receberam um capítulo exclusivo acerca de seus direitos. No capítulo VIII, de título “Dos índios”, formado por dois artigos, nº 231 e 232, (parte do primeiro destacado acima) são apresentadas diversas questões, entre elas os direitos originários sobre as terras e seus desdobramentos e especificidades, que tiveram destaque nos parágrafos dos

artigos, demonstrando a importância do tema. Segundo o antropólogo Carlos Ricardo (1999, p. 351-358), ao realizar um balanço da demarcação de terras no Brasil, a presença de um capítulo com dispositivos sobre os direitos especiais dos povos indígenas é resultado da luta dos próprios indígenas e organizações apoiadoras ao longo do processo de redemocratização no Brasil. No processo, houve um rompimento de uma posição assimiladora do indígena, que encarava estes como uma categoria social transitória, propensa ao desaparecimento, e uma valorização do indígena como sujeito participativo da sociedade.

Como podemos perceber pelo colocado acima, o reconhecimento pelos direitos dos povos indígenas ao longo da história foi tumultuado e contraditório. Diante disso, nesta parte da escrita mapearemos matérias do *Porantim* entre os anos de 1985 e 1988, em que se discutiram sobre as demandas envolvendo o território. Partiremos da seguinte pergunta: como a temática por demarcação de terras foi articulada no período da Constituinte no jornal?

A edição de janeiro/fevereiro de 1985 apresenta um panorama das questões que apareceriam nas discussões ao longo desse ano e dos próximos, e do envolvimento dos movimentos indígenas pelos seus direitos. Iniciamos pela matéria “Kaxinawá e Kulina se unem e demarcam terras”, na qual a iniciativa é apresentada pelo jornal como a primeira na história do Acre em que dois povos decidiram se unir e realizar a autodemarcação. As informações da escrita foram reproduzidas a partir do depoimento do tuxaua (liderança) Pancho da aldeia Kaxinawá de Recreio. Em suas falas selecionadas, além das críticas sobre a inércia da FUNAI, o indígena rememora a importância da terra a justifica o direito pelo fato de antes do “descobrimento” os índios já estarem aqui (KAXINAWÁ..., 1985, nº 71-72, p. 7). Acerca da mobilização, “Marcha pela terra leva Kaingang a Brasília” mostra o acampamento de um grupo de dez indígenas no gramado do Congresso Nacional, com o objetivo de cobrar de autoridades a definição do território. Na escrita, o jornalista evidenciou o interesse da população (que chegou a levar bolo para os acampados) e imprensa locais em entender a mobilização, com o destaque para a frase “Os colonos não querem fazer nenhum acordo com nós. Só querem ver nós longe da terra. Nós nascemos lá. Nosso cacique tem 80 anos e nasceu ali no Chimbangue” (MARCHA..., 1985, nº 71-72, p. 8).¹⁸

¹⁸ O desdobramento da manifestação aparece na edição de julho/agosto do mesmo ano com uma nota de título “Sem terra demarcada, os Kaingang voltam para SC”. Na curta matéria foram colocadas algumas propostas de realizar uma solução intermediária entre as partes que ficou em aberto no final da escrita (SEM TERRA...1985, nº 77-78, p. 8). Porém, em outubro de 1985, em uma matéria extensa “Luta intensa devolve terras aos Kaingang” foi narrada a conquista de parte das reivindicações territoriais dos indígenas no conflito com os colonos, mencionando também a participação da CNBB no processo (LUTA..., 1985, nº 80, p. 3).

A questão indígena e a Constituinte começam a ganhar destaque na capa de abril de 1985 e em um artigo de Paulo Suess na mesma edição, com a reflexão dos termos alteridade e integração, discussões presentes no processo da Constituinte. O tema da terra é mencionado brevemente, acerca da falha do compromisso em demarcar os territórios até 1978 (Lei nº 6001/73¹⁹) e nas discussões sobre as contradições da integração do indígena na sociedade, sendo o objetivo da escrita problematizar os conceitos de integração e tutela do ponto de vista jurídico e como se concretizaria a participação de fato dos povos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte (SUESS, 1985, nº 74, p. 5).

As matérias que não envolvem a Constituinte seguem com uma estruturação parecida dos anos anteriores, trazendo denúncias acerca da invasão do território por mineradoras e frentes agrícolas e pastoris, com a mobilização desses povos em congressos ou assembleias; demarcações e autodemarcações; e também percebemos a permanência de uma argumentação histórica sobre a luta pela terra. Como no caso desta matéria “A longa luta dos Xakriabá para recuperar suas terras” (1985, nº 74, p. 12), na qual apresenta um quadro com uma cronologia de discussões e decretos sobre a terra em toda a América, desde os astecas, as discussões do período colonial de Bartolomé de Las Casas, até a colonização portuguesa que reconhecia “os indígenas como primeiros ocupantes e donos naturais destas terras”, entre outras informações históricas. Esta estrutura se repetiu em outras matérias com outros povos, abordando no quadro chamado de “Cronologia da conquista e da Ameríndia” outras datas e fatos históricos, como um decreto de 1755 que Portugal declarava livre todos os índios e a propriedade de terras que estivessem habitando; em uma matéria intitulada “Terra desmarcada é a exigência Xukuru-kariri” (1985, nº 76, p. 13). A relação dos povos abordados na escrita e as informações do quadro nem sempre eram diretas, mas pareceu uma tentativa de relacionar questões do Brasil com o restante da América, para além da seção específica que o jornal apresentava.

A temática da terra ganha força com as discussões sobre reforma agrária. Na edição de julho/agosto de 1985, em uma nota de página lateral são listadas posturas, organizadas a partir de um encontro de lideranças indígenas em Goiânia, que deveriam nortear a luta levando em consideração “os interesses dos explorados (índios e trabalhadores rurais)”. Essas diretrizes, em linhas gerais: apresentam uma tentativa de dialogar com os sem-terra e trabalhadores

¹⁹ Estatuto do Índio, promulgado em 1973 seguindo os princípios estabelecidos pelo Código Civil brasileiro de 1916, no qual colocava os indígenas como legalmente “relativamente incapazes”, sendo necessária a sua tutela por um órgão do Estado, como o SPI (1910-1967) e posteriormente a FUNAI (1967), até que eles fossem integrados a sociedade (ISA, 2022).

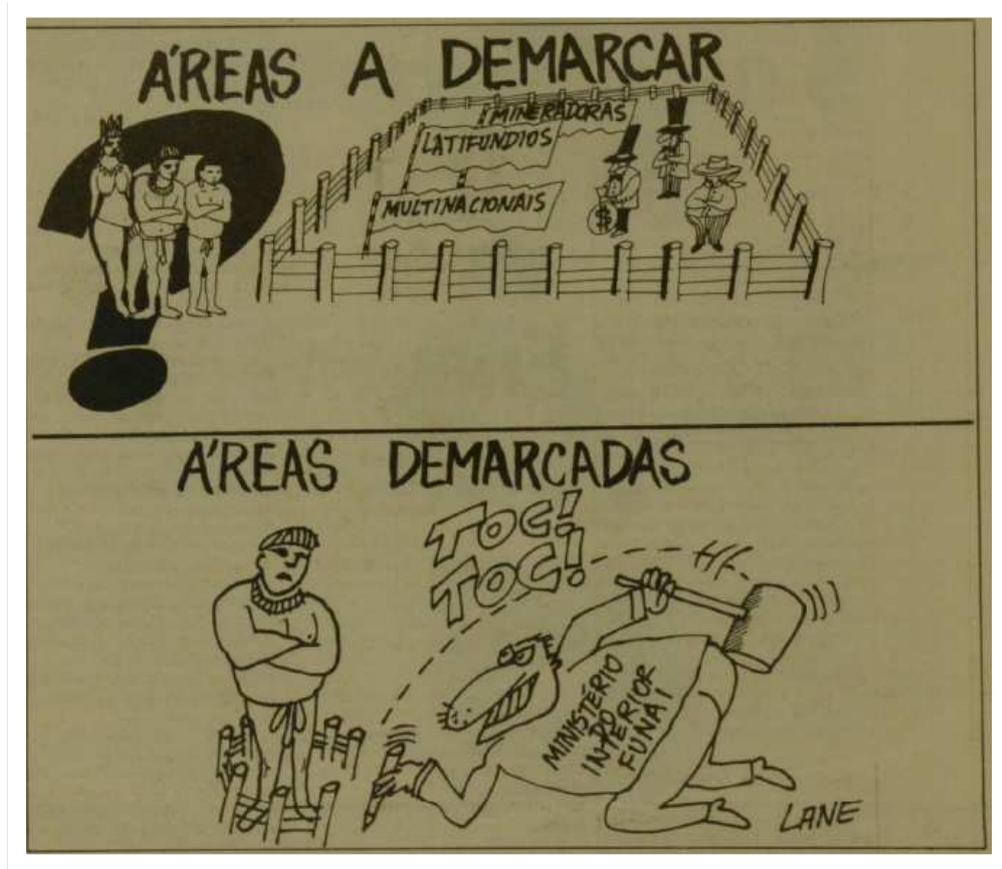
ruais; são pontuados ainda a necessidade de ter cuidado nas demarcações, nas quais os posseiros deveriam ser retirados e alocados em outro lugar (respeitando sua integridade); a necessidade de promoção e participação das próprias comunidades indígenas nas demarcações (autodemarcação); exigência da colaboração da FUNAI em questões técnicas e a promoção da participação dos povos indígenas na UNI por meio de representantes (A REFORMA..., 1982, nº 77-78, p. 6).²⁰

Encontros e assembleias debatendo a Constituinte e a Reforma Agrária seguem aparecendo em matérias descritivas sobre a mobilização dos indígenas entre 1985 e 1986. Em níveis mais locais, como no Mato Grosso do Sul, onde além das lideranças dos povos Terena, Guarani-Kayová e Ofayê, o jornal mencionou o convite e a participação de uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miranda; também destacou a experiência eleitoral dos Terena, os quais são metade da população de eleitores do município de Miranda; alguns candidatos indígenas que não foram eleitos em 1982 e a presença de mulheres indígenas no encontro, que para o Porantim traduziria uma “tomada de consciência” na participação político partidária (CONSTITUINTE..., 1985, nº 82, p. 6). O assunto das demarcações, ou da ausência destas, também é constante nos debates das assembleias (ASSEMBLEIAS..., 1986, nº 88, p. 11).

Os materiais publicados pelo jornal, no geral, evidenciam uma união entre trabalhadores rurais e indígenas. Seguindo o padrão narrativo de trazer informações históricas sobre o assunto em debate, na matéria “Índios e sem-terra são vítimas”, houve um esforço em apresentar camponeses e indígenas como vítimas do mesmo processo, como nesta frase destacada no cabeçalho da página: “A violência [...] não é coisa dos séculos passados, quando os bandeirantes caçavam índios. [...] não escapam os lavradores nem os trabalhadores da cidade. Mas os índios e camponeses estão unidos nessa guerra: são vítimas dos mesmos caçadores de hoje” (ÍNDIOS..., 1986, nº 86, p. 6). Como complemento, foi publicado desenho crítico (imagem IV) sobre a situação das demarcações e os interessados nos territórios.

²⁰ Mesmo não fazendo parte do nosso recorte de fontes, é interessante mencionar que na mesma edição, foi publicado um artigo do antropólogo João Pacheco de Oliveira que corrobora as argumentações das matérias e reportagens, e aprofunda alguns pontos das discussões. Com o título “Reforma agrária poderá frear invasão de áreas” o pesquisador explica a importância em defender a causa e argumenta com base em diversos dados sobre o latifúndio e imóveis rurais situados em áreas indígenas no Brasil. Para ele, o problema tanto dos indígenas como dos camponeses pobres consiste na concentração da propriedade rural e “não havendo dúvida de que os principais invasores de áreas indígenas são os grandes proprietários rurais, os mesmos que estão se opondo decididamente à Reforma Agrária”, sendo que muitos destes usam a terra de maneira especulativa. Sobre os posseiros “se trata de camadas expropriadas e empobrecidas do campesinato, que invadem a terra indígena em busca de refúgio contra o latifúndio”, e a retirada destes dos territórios originários deve levar em consideração a sua situação social, evitando um conflito entre brancos e índios pela sobrevivência (OLIVEIRA, 1985, nº 77-78, p. 13).

Imagem 4



Charge sobre as demarcações (PORANTIM, 1986, n° 86, p. 6).

Em uma escrita de uma página assinada por Paulo Guimarães, assessor jurídico do CIMI, com o título “O que deve ser garantido na nova Constituição” (1986, n° 90, p. 7), seu autor apresentou comentários acerca do programa mínimo sobre os direitos fundamentais dos povos indígenas organizado pela UNI e outras entidades de apoio. Para a nossa temática se destacam a abordagem de quatro pontos que sintetizam o foco das discussões das matérias dos próximos dois anos: o Reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil; Demarcação e garantia das terras indígenas; Usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes no solo e subsolo e o reassentamento dos posseiros pobres que vivem em terras indígenas de maneira a respeitadas sua dignidade. Esses tópicos também trazem a consolidação de alguns argumentos utilizados pelo jornal que destacamos ao longo desta pesquisa. Como no caso do primeiro, de uma narrativa que coloca o direito ao território como algo histórico, anterior ao processo de colonização, aspecto que também é percebido nas falas transcritas dos indígenas nos materiais que cobriam assembleias e encontros, como já observamos no subcapítulo anterior. Outro ponto, é a sensibilidade quanto

a questão dos posseiros em terras indígenas, sendo um assunto recorrente desde os primeiros anos, com diferentes nuances de acordo com a situação. Esse posicionamento parece ser mais específico do editorial do jornal, em alguns casos com uma influência da teologia da libertação, como nos artigos produzidos por Paulo Suess (1985, nº 74, p. 5), e em outros com um viés mais de discussões acadêmicas da antropologia e sociologia. Para o caso dos indígenas, pelas matérias analisadas, esse diálogo é um tanto conturbado.

Uma observação sobre 1986. Neste ano o jornal começa a acrescentar suplementos no final das edições. No início, esses materiais foram organizados para apresentar as populações indígenas de cada Estado ou região do Brasil, sendo o primeiro um índice alfabético sobre as publicações realizadas até o ano no jornal (o mesmo que mencionamos no início como apoio para esta pesquisa). Em 1985 percebemos que algumas matérias faziam referência a discussões apresentadas em materiais de anos anteriores, devido a isso, como mencionado pelo próprio Porantim nesse primeiro suplemento, foi necessária uma organização por parte dos próprios jornalistas para ajudar nessas consultas. Conforme as edições avançam, os suplementos cobriram outras questões como aspectos culturais, idiomas, mitos, narrativas históricas (como as missões do Paraguai, entre outras).

As questões debatidas no jornal em 1987, sobre a Constituinte envolveram as discussões sobre demarcações e as terras indígenas, sendo voltadas para a denúncia dos problemas relativos aos interesses de particulares na exploração dos territórios, em especial as mineradoras²¹, e a falta de conhecimento e interesse por parte dos deputados federais envolvidos na Assembleia Nacional Constituinte. No geral, como o jornal destaca em uma frase no meio da página “Interesses de grupos econômicos predominam” (DIZIMAÇÃO..., 1987, nº 97, p. 4).

Em junho do mesmo ano, foi publicado na íntegra o documento encaminhado pela Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, aprovado e incluído no anteprojeto do texto constitucional; o material é publicado no Porantim com o título que avalia o texto de maneira positiva “Projeto reconhece direito indígena sobre a terra”. No entendimento do jornalista, o anteprojeto, se aprovado, poderia dar início as demarcações das terras reconhecidas, podendo estar concluído em quatro anos. No geral, o documento “propõe que as terras ocupadas pelos povos nativos sejam inalienáveis,

²¹ O texto destaca a pressão das mineradoras, mas cita uma série de outros sujeitos e consequências como “invasões a aldeias, incêndios em roçados, violências praticadas pela polícia a mando de fazendeiros, surtos de numerosas doenças, vícios, divergências diante da penetração de correntes religiosas – muitas de cunho fascista [...]” (PORANTIM, 1987, nº 97, p. 4). Nesse caso, as críticas são para os deputados federais de Roraima.

inexplorável o seu subsolo por terceiros e classificadas como bens da União, para efeito jurídico” (PROJETO..., 1987, nº 99, p. 8-9).

São produzidas diversas matérias nos anos de 1987 e 1988 envolvendo as complexas discussões envolvidas no anteprojeto da Constituinte, contudo, o jornal focou a sua narrativa nos desdobramentos políticos, de quem apoiava ou não os interesses indígenas, como mencionado no artigo dos historiadores Gandra e Nobre (2016) apresentado no capítulo anterior, chegando a organizar listas de partidos e deputados. Na matéria “Manobra frustra acordo sobre a questão indígena” publicada em dezembro de 1987, são organizados tópicos como “Eles votaram contra” e “Eles votaram a favor” e um quadro, que em várias ocasiões, falava do posicionamento do relator, que neste caso “Cabral mexe no artigo da demarcação” (1987, nº 104, p. 6). Pensando no nosso recorte temático, a principal discussão apresentada pelo jornal foi entorno do reconhecimento originário das terras indígenas e a possibilidade de exploração estrangeira do subsolo.

Imagem 5



Compilado de capas com destaque para a Constituinte. Edições organizadas da esquerda para a direita a partir de cima: junho de 1987; junho de 1988; outubro de 1988, detalhe do título de difícil visualização devido a cor utilizada na fonte: “Outra vitória na nova carta: Estados não ficarão com terras indígenas”; setembro de 1988.

No ano de 1988 o debate da Constituinte e terras indígenas foi pautado pela questão das mineradoras na Amazônia, o que fez a abordagem das matérias do Porantim serem pautadas por denúncias e divulgação de organizações envolvidas em barrar o avanço dessas empresas na elaboração da Constituinte. Como é o caso de “Criada a frente pró-índio” (1988, nº 107, p. 5), matéria na qual se apresenta de maneira sucinta, a iniciativa formada por quarenta e seis parlamentares com a intenção monitorar essa movimentação. No mês de junho, a matéria é comemorativa “Enfim, vitoriosa a luta pela causa indígena” (1988, nº 109, p. 7), mencionando que “pela primeira vez na história” foi aprovada uma Constituição que não incorpora os indígenas de forma coercitiva na sociedade (capa da edição na imagem V). A escrita destaca

ainda a participação dos próprios indígenas, em que duzentas lideranças trabalharam em negociações com as lideranças partidárias. Como outros avanços importantes, a matéria listou que a remoção de grupos indígenas de suas terras, assim como a construção e exploração mineral em áreas indígenas, deverão ter autorização do Congresso Nacional e consulta entre a própria população atingida.

As matérias publicadas após a aprovação têm uma abordagem de vigilância para que não houvesse alterações no texto aprovado, principalmente sobre as demarcações de terra. O jornal termina a escrita de uma delas com um convite às entidades de apoio e povos indígenas se manterem vigilantes acerca dos *lobbies* interessados na exploração dos territórios originários (CONSTITUINTE..., 1988, nº 110, p. 6). Na própria capa de outubro (imagem V) se destaca a frase “Governo apressa decisões para burlar a nova Constituição”. Em matéria interna desta edição, “Governo acelera os processos e reduz as áreas”, o texto adotou uma abordagem de denúncia, na qual menciona que as demarcações foram decididas as pressas pelo Conselho de Segurança Nacional (CSI), FUNAI e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com a implantação de colônias indígenas²², parques e florestas nacionais; sendo que nestes últimos, não era permitido aos indígenas habitem ou utilizarem os locais para subsistência. A escrita ainda informa que esses órgãos não respondem os questionamentos solicitados pela sociedade civil, e termina com uma frase irônica para o momento “Nunca se demarcaram tantas áreas em prazo tão curto de tempo (AVILA, 1988, nº 112, p. 3). Nas edições que terminam o ano de 1988, as discussões são norteadas por essas críticas e denúncias sobre os militares e sua política de ocupação nos territórios indígenas que eram alvos de demarcações.

3.3. Porantim versus outros jornais

Desde seu primeiro número, o Porantim apresentou replicações e críticas sobre como outros jornais, tanto da grande imprensa como locais, publicavam matérias relativas aos interesses do periódico (EDITORIAL, 1978, nº 1, p. 1). Geralmente em uma seção específica que não esteve presente em todas as edições, chamada de “Deu nos jornais” ou “Cronologia” (podendo juntar os dois nomes). Mas, em alguns momentos eles trouxeram análises de acontecimentos específicos, em que eram comparados em matérias, mais de uma às vezes, como cada editorial abordou o fato. Eram analisadas com as publicações do *O Estado de S.*

²² Iniciativa pertencente ao Projeto Calha-Norte, do CSI, que pretendia instalar nas terras indígena colônias agrícolas e projetos bélicos/militares. Foi destinado aos territórios de fronteira, nas calhas dos rios Solimões e Amazonas (AVILA, 1988, nº 112, p. 3).

Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, entre outros. Em geral nas edições, a seção Cronologia abordou assuntos variados e não apenas um. Mas, para delimitar nossa análise, nos dedicamos apenas aos casos abordados de maneira mais exclusiva. Já adiantamos que os embates trazem discussões e interesses que são pertinentes para nossa temática principal, a terra.

Os atritos com outros veículos da grande imprensa já se fazem presente no editorial de março de 1980, com o título de “Terra à vista!” (1980, nº 16, p. 1), a CNBB argumenta em defesa de uma publicação sua, acerca da problemática da terra, que foi atacada pela grande imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesse material relativamente curto e direto, foi apresentada uma forte crítica ao capitalismo e suas formas de exploração e concentração de renda e a necessidade dos bispos se engajarem na luta ao “lado dos mais pobres e oprimidos”. Eles ampliam a defesa para além dos indígenas, incluindo camponeses sem-terra, posseiros, colonos e trabalhadores rurais.

No mesmo ano, na seção Cronologia é realizado um panorama sobre como o conflito no Xingu foi divulgado pelos grandes jornais. Eles iniciam o texto com a frase de uma liderança indígena chamada Mekaronty, ligado ao cacique Raoni, que disse “Os jornais falaram tudo errado [...] eles disseram que meu tio [...] comandou o ataque, mas na verdade ele nem foi lá [...]” (A GRANDE..., 1980, nº 22, p. 19). O caso é o mesmo, estão na mesma edição, que mostramos na primeira parte deste capítulo, envolvendo a morte de onze peões, que segundo a narrativa de um destes, foram enganados pelos fazendeiros que não avisaram da terra indígena (O FAZENDEIRO..., 1980, nº 22, p. 4).

A matéria publicada pelo Porantim foi realizando uma análise pormenorizada de cada editorial, com uma abordagem direta e sarcástica, como este comentário sobre *O Globo* “[...] a imaginação fértil de Roberto Marinho disparou doidona” (A GRANDE..., 1980, nº 22, p. 19). A motivação desse comentário foi sobre uma edição deste jornal, que destacou na capa uma foto grande do cacique Raoni com uma legenda dizendo que “matará brancos que entrarem em suas terras”, e, também, segundo o Porantim, divulgou que o conflito aconteceu dentro de uma fazenda e não na terra indígena, como narrado na entrevista com o peão, associando ainda os crimes ao alcoolismo entre os indígenas (O FAZENDEIRO..., 1980, nº 22, p. 4). É necessário comentar, que sobre a questão do álcool, o Porantim associou o seu consumo aos peões e com a consequência do seu endividamento e ao aceite de trabalhos miseráveis.

Sobre o mesmo ocorrido no Xingu, as abordagens seguem semelhantes no Jornal do Brasil; para o caso do *O Estado de São Paulo*, que mesmo errando o número de mortos são tecidos elogios, pois entrevistaram os indígenas e a CNBB. Resumindo, para o Porantim: “O ESP deu um banho nos demais jornais, mostrando que, sem abdicar da sua visão classista em defesa dos fazendeiros, se pode guardar um mínimo de decência” (A GRANDE..., 1980, nº 22, p. 19). *O Estado* é o único que menciona a participação de outros povos e critica a narrativa da FUNAI, que coloca o ocorrido como acidental. São também elogiados o *Jornal de Brasília* e ao *Correio Brasiliense*, ambos mencionam que o conflito aconteceu na terra disputada pelos indígenas, já a *Folha de São Paulo* só abordou o assunto em uma nota.

As críticas a outros jornais ganham proporções maiores no ano de 1987, no contexto das discussões sobre a Constituinte, com direito a destaque nas capas das edições de setembro e outubro (imagem VI). Ironicamente, o jornal alvo das críticas é *O Estado de S. Paulo*, elogiado anteriormente pelo profissionalismo.

Na edição de setembro, foram publicadas três matérias explicando o caso contra *O Estado de S. Paulo* e suas publicações produzidas entre os dias nove e quinze de agosto; sendo uma delas uma reportagem do dia treze intitulada: “A conspiração contra o Brasil”. A primeira matéria do Porantim pode ser resumida pelo seu título “Jornal ataca CIMI para fazer o jogo das mineradoras”. No texto, o jornal se defende (como se fosse diretamente o CIMI) da acusação de conspiração externa e critica o apoio publicado sobre a reportagem, partindo de grupos empresariais ligados a mineradoras. Segundo o jornal, foram utilizados documentos fraudados e informações fictícias para atacar o Conselho, o motivo seria devido ao seu envolvimento engajado com as populações indígenas. Para complementar, outros veículos da grande imprensa reproduziram as informações sem investigá-las. O Estadão também confundiu os conceitos de plurinacionalidade e pluriétnicidade, os colocando como um problema e ameaça para a soberania nacional (JORNAL..., 1987, nº 101, p. 4).

O Porantim reproduziu, em imagem, uma parte da capa do *O Estado de S. Paulo* que, realmente, possui frases bem sensacionalistas que distorcem o anteprojeto encaminhado e aceito para a Constituinte, que parece ser o verdadeiro alvo das acusações. São colocações como “O Estado pôde reconstituir toda a trama que tem por objetivo fazer que o Estado brasileiro acabe aceitando o conceito de soberania restrita”, ou sobre a atuação do CIMI na Constituinte “havia fundos reservados para a operação – e se recomendava que os arquivos fossem mantidos secretos [...] [funcionário] revela que há um arquivo enterrado em alguma

parte do território” e por fim “O Estado denuncia a grande conspiração baseado em documentos fidedignos (JORNAL..., 1987, nº 101, p. 4).

Imagem 6



Capas com destaque para as divergências com outros editoriais. Da esquerda para a direita: setembro de 1987 e outubro de 1987.

A segunda matéria, consiste em explicar as outras acusações do *O Estado*, que “CIMI nunca teve vínculo com o CMI”, ou seja, mesmo com siglas parecidas, o primeiro é uma entidade católica ligada à CNBB e a segunda congrega igrejas evangélicas do mundo (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs). Como o jornal bem argumentou, é uma informação difícil do *O Estado* não saber. Nesta escrita, foi mencionado o nome do documento atribuído ao CIMI, “Diretriz Brasil, nº4”, que seria responsável por orientar operações no país para restringir a soberania na Amazônia. (CIMI..., 1987, nº 101, p. 5). Na terceira matéria, o *Porantim* apresentou uma acusação de plágio “Campanha do *O Estado* é plagiada de um jornal venezuelano” (1987, nº 101, p. 20). As matérias do *O Estado* teriam cópias argumentativas do material publicado pelo jornal *El Universal*, em 1984. O que fica evidente pela narrativa do *Porantim* sobre o caso, é um *modus operandi* parecido. No caso da Venezuela, a questão envolveu argumentos e sujeitos parecidos, como indígenas e suas terras, interesses de mineradoras, o envolvimento de grupos religiosos católicos e ameaças à soberania nacional; os dois casos apresentam desdobramentos e influências semelhantes

como: o uso da grande imprensa para interesses particulares em territórios originários na Venezuela, outros veículos reproduziram as publicações com informações sensacionalistas como “Amazonas, zona vermelha” ou “Setores da ultra-esquerda pretendem internacionalizar a Amazônia”. O jornal venezuelano usou o termo “soberania restringida”, bem parecido com o do *O Estado*, de soberania restrita (CAMPANHA..., 1987, nº 101, p. 20).

Em outubro encontramos os desdobramentos das acusações já na capa (imagem VI) e em duas matérias desta edição. Na primeira, o jornal aborda a CPI instituída pelo Congresso Nacional para apurar as denúncias do jornal. O dono do *O Estado* de S. Paulo, Júlio Mesquita (reproduzido em gravura na capa), compareceu, porém, permaneceu em silêncio e não levou os documentos citados na denúncia. O termo “indução” presente na manchete de capa e título da matéria, “J. Mesquita nada prova. Oliveiros confessa indução” (1987, nº 102, p. 3), se refere a uma analogia que estabeleceu comparações entre CIMI e CMI a partir de documentos não apresentados. Na segunda matéria do Porantim, “Dom Erwin crê em trama para atrasar apuração” (1987, nº 102, p. 4), foi apresentada uma entrevista com o presidente do CIMI, na qual pontua algumas colocações sobre a CPI, da qual também prestou depoimento. Ao responder a pergunta do jornalista sobre o motivo do ataque ao CIMI, Dom Erwin explicou que foi devido ao apoio da entidade aos indígenas e que as acusações do jornal coincidem com a data da votação do substitutivo ao anteprojeto da Constituinte.

A partir dos casos descritos, é interessante dialogar com reflexões sobre as mídias de massa, como, por exemplo, como determinados assuntos de interesse da sociedade são tratados de forma esvaziada e superficial pelos meios de comunicação. Aspecto pontuado pela pesquisadora Marilena Chauí (2006), em partes do livro *Simulacro e Poder*, que comenta sobre essa característica presente no jornalismo contemporâneo, na qual a mídia possui uma tendência em não informar diretamente, mas sim resumir acontecimentos e situações em sentimentos, impressões e opiniões. Nesse contexto, o jornalismo teria se tornado rápido, inexato, partidarista, com informações aleatórias e pouco confiáveis, não investigativo, opinativo, entre outras problemáticas que debilitaram a maneira como o público a compreende, ou como coloca a pesquisadora “protagonista da destruição da opinião pública” (CHAUÍ, 2006, p. 6-14). Essas colocações são visíveis no caso do Xingu, que foi abordado de maneira irresponsável por vários jornais, que não fizeram o trabalho mínimo de apurar os fatos, ou do caso do *O Estado de S. Paulo* visivelmente influenciado por interesses de particulares. O mesmo para o restante da imprensa que reproduziu a matéria do *O Estado*, sobre as acusações do CIMI, sem verificá-las ou sequer consultar os envolvidos.

Sobre a influência de interesses particulares nas matérias desse tipo de mídia, Maria Capelato (1988, p. 15) escreve que essa grande imprensa costuma mobilizar tanto interesses políticos como de lucro, sendo estes recursos necessários para angariar o próprio público do periódico, e sendo pela sobrevivência do jornal, obrigados pela concorrência de mercado a se adaptar e enfrentar seus concorrentes com o objetivo de conquistar e atingir determinada clientela. Esses interesses financeiros transparecem nas matérias mencionadas acima. No caso da denúncia/acusação do *O Estado de S. Paulo*, fica evidente a participação de mineradoras ao publicar notas de apoio ao jornal.

3.4. O diálogo das discussões sobre terra com outras temáticas

Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura. Quando cuidamos de nossos territórios, o que naturalmente já é parte de nossa cultura, estamos garantindo o bem de todo o planeta, pois cuidamos das florestas, do ar, das águas, dos solos. A maior parte da biodiversidade do mundo está sob os cuidados dos povos indígenas e, assim, contribuimos para sustentar a vida na Terra (MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. 2019).

Em 2019, mulheres indígenas de diferentes povos se articularam de forma coletiva e organizaram a Primeira Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em Brasília entre os dias 9 e 14 agosto do mesmo ano. Após a marcha foi elaborado um documento, de onde retiramos o trecho destacado acima, no qual elas se posicionam diante das várias tensões envolvendo direitos e reivindicações. Com o título *Território: nosso corpo, nosso espírito*, o material apresentou várias demandas urgentes para as populações indígenas, tais como o direito a terra e territorialidades, respeito aos seus modos de vida e espiritualidade, acesso à saúde e educação, entre outras²³.

²³ Ao todo o documento traz quatorze reivindicações sobre: direito ao território por meio das demarcações das terras, seu usufruto e integridade; acesso à saúde e respeito às especificidades e práticas tradicionais envolvidas; apelo ao STF no caso da terra indígena Ibirama Laklanõ/Xokleng; direito à diversidade respeitando os tratados internacionais assinados pelo Brasil; promoção da representatividade e respeito das mulheres indígenas nos espaços políticos e lugares de decisão; direito a uma alimentação saudável; educação diferenciada, formação e contratação de professores indígenas e material didático; uma política pública indigenista que dialogue e trabalhe na garantia dos direitos do Movimento Indígena; legislação específica no combate à violência contra a mulher indígena que respeite a realidade dos povos indígenas; acesso das mulheres indígenas à educação formal e meios de promoção dos seus direitos; fortalecimento do Movimento Indígena; combate a posicionamentos racistas e anti-indígenas; No fim é realizado um compromisso de fortalecer alianças com outras mulheres da sociedade que têm seus direitos desrespeitados.

Uma questão importante que se apresenta no recorte apresentado é a relação da terra com outros aspectos da vida, colocando a territorialidade como algo estruturante na identidade indígena. Apesar de ser um posicionamento contemporâneo, é interessante refletir se essa interseccionalidade na demanda por território pode ser observada nos anos 1980. Em linhas gerais, esta parte do capítulo se dedica a entender que outras temáticas foram articuladas com as reivindicações por demarcação de terras.

Sobre a articulação dessas temáticas no Porantim, em uma entrevista com um colaborador do jornal com a jornalista Vieira, ele mencionou outros dois temas amplamente presentes nas páginas. Segundo ele: “O jornal contribui para a formação de opinião dos jornalistas que cobrem a área. Saúde e educação são dois temas constantes no jornal, que acompanham o trabalho do CIMI e denuncia a falta de atenção do governo” (Entrevista nº6 apud VIEIRA, 2000, p. 97). Achamos interessante destacar que o Porantim também podia ser utilizado como um material de apoio para outros jornalistas. Pensando no diálogo da temática sobre a terra com outras questões, outro dos entrevistados menciona que temas culturais recebiam abordagens muito gerais, e mesmo questões relacionadas à reforma agrária, saúde e educação, a abordagem era um tanto superficial, mas sempre trazendo uma linguagem acessível para que os indígenas lessem e entendessem os argumentos. Em linhas gerais as questões culturais seriam secundárias, já que o objetivo principal era um posicionamento frente a política indigenista do governo (Entrevista nº1 apud VIEIRA, 2000, p. 92).

De fato, temas culturais no jornal nos pareceram um tanto genéricos em alguns momentos, mas não concordamos com o argumento de que o jornal fez uma abordagem superficial de temas como a Reforma Agrária, saúde e educação, afinal, como já mostramos, existiam publicações de artigos que discutiam essas questões de maneira aprofundada, quase acadêmica e não exatamente com uma linguagem simples, como nos materiais de Paulo Suess e dos vários antropólogos e jornalistas mencionados até o momento. Talvez o comentário do entrevistado seja sobre sua percepção sobre as matérias não assinadas, que possuem uma abordagem mais acessível e voltada para um público mais leigo, o que reforça nosso argumento sobre uma divisão em grupos nas publicações, porém, é um pouco difícil de saber, já que Vieira (2000) não identifica seus entrevistados.

Apresentamos esses dois comentários, pois eles mostram que os próprios colaboradores do jornal tinham a percepção de que outros temas se relacionavam com as lutas pelo direito a terra e as demarcações, e isso provavelmente influenciava na escrita das matérias. Já na

produção das capas (imagem I), percebemos que algumas tinham frases bem parecidas com as destacadas da Marcha dos anos 2000, sobre a relação da terra e o direito à vida, como no caso das manchetes de março de 1980 “Terra para viver” e a de janeiro/fevereiro de 1984 “Terra é vida”, ambas com desenvolvimentos das discussões em matérias sobre as assembleias e reuniões promovidas entre os povos indígenas, mostrando que o assunto era um debate latente.

Retomando falas de umas dessas assembleias, a temática da terra foi enfatizada nas falas dos indígenas destacada no jornal como algo formador de sua identidade. Como no trecho de uma entrevista da liderança Apurinã, chamado Mello, dita em uma assembleia no município de Pauini, Amazonas, em uma matéria apresentada em nosso primeiro tópico:

[...] é preciso a gente se unir. Então a gente está conversando para ver se consegue uma área indígena boa para garantir o nosso futuro. Precisamos nos unir para defender nossa terra com coragem. Precisa também tuxaua que fale com todo mundo e todo mundo respeite. Nós somos filhos da terra, da terra, somos da gema e não podemos deixar nos expulsarem por mãos estrangeira (LÍDERES..., 1980, nº 17, p.6).

Em outra assembleia do mesmo ano em Manaus são realizadas críticas e comentários semelhantes que mostram uma relação mais identitária, como na matéria “Tuxaua Wapixana: fazendeiro não ama a terra e por isso negocia com ela” (1980, nº 16, p. 6), na qual a liderança compara a forma como brancos e indígenas se relacionam com o território, em que os primeiros não a amam e por isso a vendem, já os originários a tem como um membro da família, sendo impensável a sua comercialização. Essas diferenças de percepções levam aos conflitos e a necessidade trazida pelos sujeitos “civilizados” de se demarcar esses espaços. Relembramos ainda, como já foi argumentado a partir de Cusicanqui (2010), que justamente esse apelo moral de se relacionar com a terra embasou a argumentação histórica apresentada em várias matérias.

Neste mesmo número, a reflexão segue no artigo de Paulo Suess “Terra para viver ou para negociar. Apontamentos para uma ‘Teologia’ a partir dos povos indígenas”, de mesmo título da manchete de capa, no qual seu autor teceu uma argumentação mais crítica ao próprio sistema capitalista e sua problemática relação com a terra como uma mercadoria de caráter puramente comercial. Para ele “A questão da TERRA é o nó para o qual convergem todas as questões da vida dos povos indígenas e com isso também o nó de uma visão integral de libertação” (SUESS, 1980, nº 16, p.8).

Em algumas escritas produzidas pelo jornal percebemos que a vinculação da terra com outros assuntos, pode ter sido abordada como uma coisa menos importante. No caso de uma

matéria em que são entrevistadas algumas mulheres indígenas participando de uma das assembleias, o jornalista destacou no texto que elas não estavam interessadas em “coisas de mulheres” e sim nas lutas por terra e autodeterminação (A LUTA...,1980, nº 21 p. 4.).

Esse comentário foi em uma matéria sobre a assembleia indígena em Brasília, intitulada “A luta das mulheres indígenas por terras e autodeterminação” (1980, nº 21 p. 4.), foi mostrada a atuação específica das mulheres de vários povos. A escrita inicia de maneira emotiva, mencionando um choro de criança de colo, destacando a presença de quatro dessas indígenas especificamente no evento da 14ª Assembleia Nacional de Chefes Indígenas com comentários de que suas presenças tiveram “alto grau de combatividade”. O jornalista utilizou argumentações como o fato de elas serem mulheres e mesmo assim não reivindicarem nada específico para a mulher indígena, estando focadas com “o eixo central da luta pela sobrevivência: terra e autodeterminação”.

O jornal publicou parte do discurso delas, mas, o texto foi mais voltado para apresentá-las. Divaldina Luiza e Ana Maria Jacinto (Kaingang), ambas professoras de corte e costura da aldeia Xanxerê, em Chapecó, que participavam pela primeira vez da assembleia; Izalina Pereira (Terena), do Mato Grosso do Sul, que atua em sua comunidade sem “cargo definido”; e Laurita Maria (Krenak), de Minas Gerais, que teve uma apresentação mais longa e com denúncias. Nesta, a indígena teceu críticas à FUNAI e sua falta de atuação na demarcação das terras, que permite que o gado de outros ocupe o território usado no plantio da roça e também um dos delegados da fundação queria que o povo voltasse para a Fazenda Guarani (presídio indígena), orientação que o grupo não seguiu (A LUTA...,1980, nº 21 p. 4). O depoimento de Izalina, foi transcrito quase inteiro em outra matéria logo abaixo da primeira, mas com foco na extinção do povo Kadiwéu, que foram impedidos de participar da reunião pela FUNAI (MULHER...,1980, nº 21 p. 4).

Em geral, a terra é apresentada como estruturante da vida dos povos indígenas, mas não observamos uma menção mais direta a outros temas, por exemplo, como saúde ou educação, como relacionados intrinsecamente ao direito ao território, consultando pelos verbetes do suplemento de pesquisa, esses assuntos estão nas matérias publicados pelo Porantim, se destacam em artigos e capas, mas eles são desenvolvidos de maneira separada das reivindicações por terra. Para o jornal essas questões não estavam ainda relacionadas.

3.5. A questão da terra no continente latino-americano

Durante as visitas ao arquivo Moyses Vellinho e ao consultar os jornais do início da década de 1980, se destacaram algumas matérias sobre disputas por terras indígenas em outros países, como o Paraguai, Argentina, Guatemala, entre outros. No sumário organizado pelo próprio jornal, também aparecem como verbetes diversos países da América Latina. Geralmente, a matéria era colocada na seção chamada “Ameríndia”, que se manteve constante nas edições durante todos os anos analisados.

A luta pelo direito aos seus territórios e ataques com base na exploração de seus espaços encontra experiências semelhantes em outros países da América Latina atualmente, como nos anos 2000, em territórios mapuche nas regiões do centro e noroeste da Argentina. Esses locais têm vivido problemas jurídicos quanto ao direito a seus territórios e reconhecimento étnico, como também questões relacionadas ao extrativismo intensivo de petróleo sem consulta ao povo, levando à degradação do meio ambiente com a contaminação do solo e das pessoas que vivem nele. Inclusive, essa movimentação apresenta a formulação de um conceito parecido com a concepção de territorialidade colocada pela Marcha das Mulheres Indígenas (2019), citada em nosso tópico anterior, o “corpo-território”, que também articula a defesa dos territórios tradicionais ao fortalecimento material e espiritual dos povos indígenas (ALONSO; DÍAZ, 2018, p. 28-29), ou seja, articula o direito a terra com outras demandas.

Percebemos a importância das matérias sobre outros países na fala de um entrevistado ligado ao jornal, realizada em 1993, na qual ele discorre sobre o Porantim foi organizado a partir de cinco das grandes linhas e prioridades de ação do próprio CIMI. São elas: 1) terra e autossustentação; 2) formação dos missionários; 3) apoio às organizações indígenas; 4) inculturação e diálogo inter-religiosos; 5) dimensão continental da causa indígena (Entrevista nº5 apud VIEIRA, 2000, p. 96). Como observamos no último item, entre os principais objetivos de atuação do jornal estava apresentar como as lutas e demandas indígenas estavam sendo articuladas em outros países. No caso, na seção Ameríndia foram encontradas matérias sobre todo o continente americano, com uma prevalência dos países da América só Sul. No geral, a estruturação das matérias nesta seção é bem parecida com as outras, tendo destaque em termos de discussões as demarcações e as articulações envolvendo estas, denúncias de invasão do território e problemas de seu reconhecimento por governos e particulares. Nesta parte do texto, destacamos algumas matérias em diálogo com nossa análise para abordar quais questões foram colocadas em comum.

Numa escrita sobre o Peru, na região amazônica, de título “Com apoio de Belaunde empresas invadem terras da nação Campa” (1980, nº 19-20, p. 17) o jornal apresenta as tensões entre grandes empresas, especificamente serrarias e madeireiras, e o povo Campa. Segundo a narrativa, a denúncia foi enviada para o Porantim pelas lideranças locais que exigiam os títulos de propriedade coletiva do território e a retirada das empresas e outros invasores. Também foi apresentado o panorama político, do presidente Belaunde, do financiamento estrangeiro (EUA) na região e apoio do empresariado local. O jornal mencionou ainda o posicionamento do CIMI, que enviou um programa e uma carta de protesto ao presidente peruano e ao ministro da agricultura, e apresentou o contexto da tentativa de demarcação que teria gerado os conflitos, trazendo um panorama histórico da ocupação das terras desde o século XIX. A denúncia ainda menciona as rivalidades com camponeses locais que são explorados pelas mesmas empresas como mão de obra. A matéria ocupa meia página em destaque e possui uma foto de alguns homens que não foi identificada.

Em setembro de 1980, com o título irônico “Louvado seja Deus!” A Shell tomou as terras dos índios” (1980, nº 22, p. 15), uma matéria de meia página, divulga de maneira informativa, a situação dos Auca no Equador e na Colômbia. Como nas matérias sobre o Brasil, possui um parágrafo voltado para situar o povo e seus conflitos históricos, desde os espanhóis, jesuítas, seringueiros; e desde 1948 as tentativas da Shell em explorar o território. Especificamente, a situação da Colômbia era delicada e envolvia outros povos, como os Guahibo e outras multinacionais, com relatos de vários crimes que iam desde a esterilização forçada de mulheres indígenas a coerção para cultivar plantas utilizadas na produção de drogas ilícitas.

A Colômbia e a disputa por terras voltam a aparecer na edição de junho/julho de 1982, na matéria “Repressão em vez de terra” (1982, nº 40-41, p. 15), em que narrava a perseguição de populações indígenas da região do Cauca, por parte do exército e latifundiários. Em um quadro de menos de meia página, a escrita apresentou o envolvimento de um padre local que recorreu em carta ao CIMI, contando que os conflitos entre guerrilhas e exércitos deslocaram populações indígenas, camponesa e pessoas pobres para as cidades maiores. O religioso também compartilhou com o jornal, uma entrevista do presidente do Conselho Indigenista Regional de Cauca, no qual explica que os principais problemas são a falta de terra, dificuldade em vender os cultivos e doenças, aspectos exacerbados pelos conflitos regionais. Como podemos perceber, esta e as outras matérias mencionaram que as informações de outros

países eram denúncias realizadas por correspondentes locais mobilizados com a causa indígena, como eram os casos de missionários e os próprios conselhos indigenistas dos países.

No mesmo ano, em uma breve nota “Queremos ser donos da nossa terra” (1982, nº 43, p. 11), são mostradas algumas discussões que aconteceram em um encontro entre indígenas e missionários na província de Formosa, na Argentina. Entre os assuntos mais debatidos no evento estão a Guerra das Malvinas devido ao envolvimento dos jovens de algumas comunidades indígenas. Nesse contexto, também foram lembrados os primeiros habitantes da ilha, os Ona, e realizada uma reflexão do quanto essa guerra é uma questão de terra e soberania.

Foi na edição de dezembro de 1982, que a seção Ameríndia ganhou destaque de capa (primeira imagem VII) com a chamada “Pinochet quer o fim dos Mapuche”. A reportagem sobre os Mapuche ocupou no jornal duas páginas inteiras, com fotos (com destaque para as mulheres), um mapa com a situação do território em hectares de 1540 até 1979, e um quadro com a lista de exigências (segunda imagem VII). Com o título “Mapuche – gente da terra” o longo texto apresentou detalhes da situação do momento com a ditadura, de decretos que visam acabar com a propriedade comunitária do território, com várias inserções do histórico de disputas desde a conquista. Em um título secundário “Terra, bem social” são transcritas algumas partes de um documento elaborado pelos Mapuche e entregue ao general Augusto Pinochet, no qual apresentam a terra como um bem de uso social e base produtiva, destacando sua dimensão sagrada “nos proporciona os alimentos, base de nossa vida humana, animal e vegetal [...] parte corporal da existência humana, que vai indissolivelmente ligada à tarefa social” (MOURA, 1982, nº 46, p. 8). O texto do jornal destaca ainda o apoio de bispos da região da Araucania, trazendo partes de um documento produzido chamado “Evangelificação do Povo Mapuche”, no qual se teceram críticas sobre as tentativas de assimilação do povo Mapuche por parte da ditadura chilena (MOURA, 1982, nº 46, p. 8-9).

Imagem 7



Na primeira, capa de dezembro de 1982, na segunda, carta das exigências do povo Mapuche.

Matérias sobre a Argentina continuam na edição de maio de 1983, em uma matéria de página inteira com foto e mapa sobre a situação dos vários povos do país. Com título direto quanto ao tema “Terra é o maior problema” (1983, nº 51, p. 13), o texto apresentou as impressões de uma visita de assessoramento para agentes da pastoral, que atuaram junto aos povos Pilagá e Mataco, ministrada por Paulo Suess, secretário nacional do CIMI na época. Na ocasião foram distribuídas traduções do trabalho do religioso, chamado de “Culturas indígenas e evangelização – pressupostos para uma pastoral libertadora de inculturação”. Segundo o Porantim, o objetivo era atualizar a ação dos missionários argentinos a partir da experiência do brasileiro. Em 1985, outra matéria informativa sobre a Argentina comemora o reconhecimento do seu território. Em “Três povos conquistam terra titulada” (1985, nº 77-78, p. 15) é apresentada a conquista dos títulos de propriedade da terra pelos povos Wichi, Pitagá e Toba, explicando como estes se mobilizaram juridicamente, buscando eles mesmos os trabalhos para a medição de suas terras.

Com a chamada “Na Colômbia, índios organizados recuperam suas terras invadidas”, na capa de dezembro de 1984 (imagem I), a edição apresenta uma extensa reportagem de duas páginas, que apresenta para o leitor de forma pormenorizada a luta do povo Sinú no seu processo de retomada do território. Com o auxílio de várias fotos e um mapa, o texto “Índios

‘recuperam’ terras”, são apresentados os sujeitos envolvidos na ação, que contou com uma participação coletiva nas ocupações das fazendas dentro da terra retomada no departamento de Sucre. Essas informações foram recolhidas a partir da visita do próprio jornalista no território, aspecto diferente das outras matérias que contavam com denúncias por correspondência de sujeitos locais. O texto destacou a repressão sofrida pelos indígenas, que tiveram indivíduos presos, lideranças assassinadas, barracos queimados, acusações de envolvimento com guerrilhas locais; e, principalmente, a realização de uma organização administrativa na formação de *cabildos* (indígenas), estes considerados unidades de autoridade local legalmente reconhecidas pelo estado colombiano. No último parágrafo, o jornalista destacou a participação e coragem das mulheres na retomada (MOURA, 1984, nº 70, p. 10-11). Em comum, percebemos que a escrita deste jornalista específico, Antônio Carlos Moura, apresenta uma percepção mais destacada da participação feminina na luta pela terra, observável no texto e nas fotos, como o caso apresentado dos Mapuche (MOURA, 1982, nº 46, p. 8-9) e diferente de outras matérias que colocaram a atuação delas numa abordagem uma tanto problemática, que enaltecia elas não estarem defendendo coisas de mulher (A LUTA..., 1980, nº 21 p. 4.).

Em suma, nossa impressão sobre as matérias da seção Ameríndia é uma grande semelhança, tanto estrutural na organização como de temáticas de discussões. Houve um uso maior da argumentação sobre o direito à terra a partir do passado, talvez um esforço em situar para os leitores brasileiros as peculiaridades históricas e da luta indígena de outro país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando nosso objetivo principal, de mapear e refletir sobre como as demandas por território foram veiculadas no jornal, podemos organizar alguns pontos. O Porantim em suas matérias apresentou muitas vozes e visões, que, por vezes, poderiam trazer discussões contraditórias, mas, ao mesmo tempo, representavam a pluralidade dos sujeitos envolvidos na sua produção. Por isso, procuramos destacar as diferenças entre estas, pois isso influenciava nas formas que as questões analisadas eram colocadas na escrita. Em linhas gerais, podemos dizer que não existiu uma padronização no Porantim, seja na sua abordagem ou na sua estrutura. Mesmo assim, foi possível perceber aspectos em comum no que se refere a temática do território. Assim, destacamos o uso de algumas abordagens.

A primeira foi a utilização de tipos de resumos históricos que retomavam informações específicas da experiência do povo narrado ou mais gerais, sobre a localidade mais abrangente ou até da colonização portuguesa/espanhola. Foi um dos aspectos que mais se destacou na análise, como pontuado desde o início a partir da observação da documentação, sendo uma forma de articulação presente em praticamente todas as produções do jornal. Essa argumentação a partir do passado foi observada também nas transcrições das falas de indígenas reproduzidas pelo jornal. Essas colocações nos parecem funcionar em uma memória de continuidade e de referência de legitimidade como forma de reivindicar o direito ao território. Como comentamos, o Porantim utilizou e agregou esses debates em suas matérias de forma muito efetiva.

Em segundo, a abordagem de denúncia, que era um dos objetivos do jornal de acordo com os seus idealizadores, recaindo nos confrontos acerca das invasões aos territórios, principalmente, nos que estavam em processos de litígio, e nesses contextos as acusações acerca da atuação, posicionamento e ausência da FUNAI e da invasão influência política de fazendeiros e multinacionais, especialmente mineradoras. Outro ponto, foram as tentativas de articular os indígenas com os trabalhadores rurais pobres, com diversas matérias nas quais se destacavam esses sujeitos. Porém, isso não foi contínuo ao longo dos anos analisados e poderia mudar de acordo com a situação. Neste caso, entram as discussões sobre Reforma Agrária, mais dominantes a partir da metade da década, críticas a concentração latifundiária e a exploração da mão de obra de sujeitos subalternizados. Algumas destas matérias, dialogavam com colocações propostas a partir da Teologia da Libertação, que coloca a necessidade da união entre os mais pobres.

Sobre os recortes pontuais de temáticas mais específicas que realizamos, eles estão em total diálogo com o jornal. No caso das matérias e capas nas quais o Porantim “enfrentou” outros jornais, o aspecto de denúncia predominou, sendo bem interessante acompanhar a forma como eles mesmos analisaram as outras matérias e o quanto as informações e abordagens de alguns casos eram tão diferentes nos editoriais. Também foi importante perceber que transpareceu em algumas das matérias, uma visão mais abrangente do território como estruturante da vida dos povos indígenas. Em relação a seção Ameríndia, foi mantida estruturas e formas de abordagem muito parecidas com as matérias do restante do jornal, mostrando um diálogo com os movimentos indígenas e missionários de outros países.

No geral, podemos argumentar que o jornal apresentou uma rica diversidade de discussões envolvendo as várias possibilidades que a problemática da demanda por terra envolvia, como o assunto extremamente complexo que foi e é ainda hoje; constituindo um importante apoio para a causa indígena no período da Constituinte.

Refletindo sobre algumas possibilidades de ampliar as problemáticas apresentadas nesta escrita, seria interessante abordar os anos subsequentes a aprovação da Constituinte e analisar se os aspectos observados aqui continuam ou se há mudanças nos temas e discussões do jornal, principalmente, o debate da Reforma Agrária e a efetivação (ou não) das demarcações nos anos seguintes, já que pelo observado parece ter existido uma abordagem de vigilância em relação aos direitos adquiridos a partir de 1988. Assim como, trazer junto ao Porantim uma análise com outros periódicos do seu contexto e período para comparações e um melhor entendimento do momento.

5. REFERÊNCIAS

Bibliografia geral

ALONSO, Graciela, DÍAZ, Raúl. Cuerpo y territorio desde lo alto de una torre: visibilidad, protagonismo y resistencia de mujeres mapuce contra el extractivismo. In: **Mujeres indígenas y formas de hacer política: un intercambio de experiencias situadas entre Brasil y Argentina.** GÓMEZ, Mariana. SCIORTINO, Silvana. (org.). Temperley: Tren en Movimiento, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 01 ago. 2022.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CATELA, Ludmila da Silva. De memoria largas y cortas: poder local y violencia em el Noroeste argentino. **Intersecciones.** v. 19, nº 2. dez., 2017. p. 426-442.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder** – uma análise da mídia. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: **Projeto História.** São Paulo. 2007. n.º 35, dez, p. 253-270.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. O futuro da questão indígena. **Estudos avançados,** v. 8, n. 20, 1994. p. 121-136.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. **Cultura com aspas e outros ensaios.** CUNHA, Manuela C. (org.) São Paulo: Ubu editora, 2017. p. 267-292.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara e quechwa 1900-1980.** La Paz: La mirada Salvaje, 2010.

DE LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. In: FERREIRA, Celso; BEZERRA, Holien. DE LUCA, Tania Regina (Org.). **O historiador e seu tempo: encontros com a história.** São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008. p. 117-128.

GANDRA, E. Ávila; NOBRE, F. N. A mobilização pelos direitos indígenas na Constituição de 1988: articulações do conselho indigenista missionário e da união das nações indígenas através do Jornal Porantim (1985-1988). **Fronteiras,** v. 18, n. 32, p. 136–157, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5831>. Acesso em: 5 mai. 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. “**Território: nosso corpo, nosso espírito**”, DOCUMENTO FINAL. Brasília – DF, 09 a 14 de agosto 2019. Disponível em: <https://fagtar.org/palavrasescritas/marchamulheresindigenas/> Acesso em: 01 jan. 2021.

MONTORO, Andre Franco. Companhia Docas de Santos e Jornal 'Porantim' (em defesa do índio). **Arquivo Andre Franco Montoro. Produção Intelectual. CPDOC/FGV**. 10/1980. Manuscrito. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AFM_PI&id=2948205223658&pagfis=9474 Acesso em: 08 ago. 2022.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.) **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: EDUNB, 2002. p. 29-35.

NAVARRETE LINARES, Federico. **Hacia outra historia de América**. Nuevas miradas sobre el cambio cultural y las relaciones interétnicas. México: Universidade Nacional Autónoma de México, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Calos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/ LACED/Museu Nacional, 2006.

PEDROSA, Jak Iomar Braga. **Porantim: um informativo de índios e missionários que virou jornal: 1985-1990**. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Universidade do Estado do Amazonas, 2017.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. São Paulo: Global, 2004.

RICARDO, Carlos Alberto. A demarcação das terras e o futuro dos índios no Brasil. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 351 -358.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 243-282.

VIEIRA, Regina. **O jornal Porantim e o indígena**. São Paulo: Annablume, 2000.

Bibliografia de apoio

PORTO ALEGRE. **Acervos: jornais, revistas e almanaques do Arquivo Histórico de Porto Alegre** Moysés Vellinho. Porto Alegre: AHPAMV, 2011.

Sites

ISA. Estatuto do Índio. Verbete. Instituto Socioambiental. .2022. Disponível em:https://pib.socioambiental.org/pt/Estatuto_do_%C3%8Dndio Acesso em: 23 set. 2022.

CIMI. Hemeroteca do CIMI/Porantim: Disponível em:
<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=4381>
Acesso em: 08 ago. 2022.

CIMI. Memória e luta: Porantim edição 400. 15 dez. 2017. Disponível em:
<https://cimi.org.br/2017/12/memoria-e-luta-porantim-edicao-400/> Acesso em: 22 jun. 2022.

CPDOC. Guia dos Arquivos do CPDOC: Franco Montoro. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AFM> Acesso em: 08 ago. 2022.

Fontes

A DEMARCAÇÃO na marra vence Aracruz Celulose. **Porantim**. 1980, nº 21, agosto. p. 7.

A GRANDE imprensa e o conflito do Xingu. Cronologia. **Porantim**. 1980, nº 22, setembro, p. 19.

A LONGA luta dos Xakriabá para recuperar suas terras. **Porantim**. 1985, nº 74, abril. p. 12.

A LUTA das mulheres indígenas por terras e autodeterminação. **Porantim**. 1980, nº 21, agosto. p. 4.

A REFORMA agrária e o movimento indígena. **Porantim**. 1982, nº 77-78, julho/agosto. p. 6

AJURI. Arma Tukuna contra opressão. Terras. **Porantim**. 1982, nº 36, janeiro/fevereiro, p. 14.

ALIANÇA dos povos em defesa das terras. **Porantim**. 1981, nº 27, março, p. 4.

AQUI, empresa ganha reserva Waimiri. Terras. **Porantim**. 1982, nº 36, janeiro/fevereiro, p. 10-11.

ÁREA rica? Já basta: extermínio vem por decretos. **Porantim**. 1982, nº 36, janeiro/fevereiro, p. 8.

ASSEMBLEIAS discutem a não demarcação. **Porantim**. 1986, nº 88, p. 11.

AVILA, Cristina. Governo acelera os processos e reduz as áreas. **Porantim**. 1988, nº 112, outubro. p. 3.

BESSA. José Ribamar. Um panfleto que virou jornal. **Porantim**. 1988, nº 108, maio. p. 13.

CAMPANHA do O Estado é plagiada de um jornal venezuelano. **Porantim**. 1987, nº 101, p. 20.

CIMI nunca teve vínculo com o CMI. **Porantim**. 1987, nº 101, setembro. p. 5.

- COM apoio de Belaunde empresas invadem terras da nação Campa. **Porantim**. 1980, nº 19-20, junho/julho, p. 17.
- CONSELHO editorial do Porantim se reúne para fazer balanço da luta. Notícias da Caminhada. **Porantim**. 1984, nº 65-66, p. 18.
- CONSTITUINTE e Reforma Agrária em debate no MS. **Porantim**. 1985, nº 82, dezembro. p. 6.
- CONSTITUINTE fixa o prazo da demarcação. **Porantim**. 1988, nº 110, julho/agosto. p. 6
- CRIADA a frente pró-índio. **Porantim** 1988, nº 107, abril. p. 5.
- DECRETO ameaça demarcações. Pessoas e Conflitos. **Porantim**. 1983, nº 51, maio. p. 6.
- DIREITO legalmente aceito. Adianta? Terras. **Porantim**. 1982, nº 36, janeiro/fevereiro, p. 15.
- DIZIMAÇÃO prossegue se depender dessa bancada. **Porantim**. Constituinte. 1987, nº 97, p. 4.
- DOM Erwin crê em trama para atrasar apuração. **Porantim**. 1987, nº 102, outubro. p. 3
- EDITORIAL. **Porantim**. 1978, nº 01, maio. p.1-2.
- ENFIM, vitoriosa a luta pela causa indígena. Constituinte. **Porantim**. 1988, nº 109, junho p. 7.
- “ESTADUALIZAÇÃO!” **Porantim**. 1980, nº17, abril, p. 13.
- GRANDE concurso Porantim. **Porantim**. 1984, nº 59-60, janeiro/fevereiro, p. 17.
- INCRA invade terra Apuriña. Pessoas e Conflitos. **Porantim**. 1983, nº 50, abril, p.6.
- ÍNDIOS e sem-terra são vítimas. Violência no Campo. **Porantim**. 1986, nº 86, p. 6.
- J. MESQUITA nada prova. Oliveiros confessa indução. **Porantim**. 1987, nº 102, outubro. p. 3.
- JORNAL ataca CIMI para fazer o jogo das mineradoras. **Porantim**. 1987, nº 101, setembro. p. 4.
- KAINGANG à FUNAI: “Devolva nossas terras e por favor não nos ajude” Assembleias. **Porantim**. 1980, nº 19-20, junho/julho. p. 8.
- KAXINAWÁ e Kulina se unem e demarcam terras. **Porantim**. 1985, nº 71-72, janeiro/fevereiro. p. 7.
- LÍDERES indígenas dos Purus: Paumari, Jarawara e Jamamadi defenderão terra dos Apurinã. Assembleia Indígena. **Porantim**. 1980, nº17, abril, p. 6.

“LOUVADO seja Deus!” A Shell tomou as terras dos índios” Ameríndia. **Porantim**. 1980, nº 22, setembro, p. 15.

LUTA intensa devolve terras aos Kaingang. **Porantim**. 1985, nº 80, outubro. p. 3.

MANOBRA frustra acordo sobre a questão indígena. **Porantim**. 1987, nº 104, p. 6.

MARCHA pela terra leva Kaingang a Brasília. **Porantim**. 1985, nº 71-72, janeiro/fevereiro, p. 8.

MOURA. Antônio Carlos. Índios “recuperam” terras. Ameríndia. **Porantim**. 1984, nº 70, dezembro. p. 10-11.

MOURA. Antônio Carlos. Mapuche – gente da terra. Ameríndia. **Porantim**. 1982, nº 46, dezembro, p. 8-9.

MULHER Terena quer luta para impedir extinção dos Kadiwéu. **Porantim**. 1980, nº 21, agosto. p. 4.

NA AMAZÔNIA, o progresso que não respeita origens. Terras. **Porantim**. 1982, nº 36, janeiro/fevereiro, p. 12.

NÃO precisa ter medo, porque unidos somos mais fortes. Assembleia Indígena. **Porantim**. 1981, nº 27, março, p. 5.

O FAZENDEIRO enganou. Peão não sabia que a terra era de índio. **Porantim**. 1980, nº 22, setembro. p. 4.

OLIVEIRA, João Pacheco. Reforma agrária poderá frear invasão de áreas. **Porantim**. 1985, nº 77-78, julho/agosto. p. 13.

OMISSÃO amparada por lei. Terras. **Porantim**. 1982, nº 36, janeiro/fevereiro, p. 17.

PARENTE, Ricardo. Apurinã: uma nação em luta pelas nascentes de seus rios. **Porantim** 1980, nº 15, janeiro/fevereiro. p. 14.

PORANTIM quer ter mais assinantes. Notícias da Caminhada. **Porantim**. 1982, nº, 40-41, junho/julho, p. 17.

PRÓ-ÁLCOOL, usineiro e Funai tomam terra Potiguara para plantar cana. Reportagem. **Porantim**. 1980. nº 17, abril, p.4.

PROJETO reconhece direito indígena sobre a terra. **Porantim**. 1987, nº 99, junho. p. 8-9.

QUEREMOS ser donos da nossa terra. Ameríndia. **Porantim**. 1982, nº 43, setembro, p. 11.

REPRESSÃO em vez de terra. Ameríndia. **Porantim**. 1982, nº 40-41, junho/julho. p. 15.

RESTAURANTE dentro da área indígena. Terras. **Porantim**. 1980, nº 19-20, junho/julho. p.7

ROTEIRO Para Pesquisa – 1978/1985. **Porantim**.1986. p.1-8.

ROUBO de terras e assassinato: FUNAI sabe e não faz bulhufas. Terras. **Porantim**. 1980, nº 19-20, junho/julho. p.7.

SAQUE ao minério nas áreas. **Porantim**. 1983, nº 58, dezembro, p. 5.

SEM TERRA demarcada, os Kaingang voltam para SC. **Porantim**. 1985, nº 77-78, julho/agosto. p. 8.

SUESS, Paulo. Alteridade x integração. Apontamentos para o debate pré-Constituinte. **Porantim**. 1985, nº 74, abril. p. 5

SUESS, Paulo. Sangue da nova aliança com o povo Pankararé. **Porantim**. 1980, nº 15, janeiro-fevereiro. p. 4.

SUESS, Paulo. Teologia da libertação e causa indígena. **Porantim**. 1985, nº 79, setembro. p. 10.

SUESS, Paulo. Terra para viver ou para negociar. Apontamentos para uma “Teologia” a partir dos povos indígenas **Porantim**. 1980. nº16, março, p. 8-9.

TERRA À vista! Editorial. **Porantim**. 1980, nº 16, março. p. 1.

TERRA CONTÍNUA para os Makuxi. **Porantim**. 1981, nº 29, maio, p. 12.

TERRA DESMARCADA é a exigência Xukuru-kariri. **Porantim**. 1985, nº 76, junho. p. 13.
TERRA É vida. **Porantim**. 1984, nº 59-60, janeiro/fevereiro, p. 10-11.

TERRA SIM - violência não. **Porantim**. 1982, nº 45, novembro, p. 13.

TERRA SIM VIOLÊNCIA não. Texto-base para a Semana do Índio-83. **Porantim**. 1983, nº 47-48, janeiro/fevereiro. p. 9-12.

TERRAS indígenas e reforma agrária. **Porantim**. 1984, nº 61, março, p. 14

TRÊS povos conquistam terra titulada. Ameríndia. **Porantim**. 1985, nº 77-78, julho/agosto. p. 15.

TUDO em troca de represas, minérios, pesca. Terras. **Porantim**. 1982, nº 36, janeiro/fevereiro, p. 9.

TUXAUA Wapixana: fazendeiro não ama a terra e por isso negocia com ela. **Porantim** 1980, nº 16, março, p. 6.

USUCAPIÃO, paliativo com rótulo de reforma agrária. Terras. **Porantim**. 1982, nº 36, janeiro/fevereiro, p. 16.

VIOLÊNCIA e suborno para reduzir demarcação. **Porantim** 1981, nº 27, março, p. 6.

WAMIRI-Atroari, os “mais ferozes do mundo” fortalecem confederação. **Porantim**. 1980, nº 15, janeiro/fevereiro. p. 3.

WAPIXANA, à luta. Terras. **Porantim**. 1982, nº 36, janeiro/fevereiro, p. 13.

XANGRÊ, ameaçado de morte “o certo é tomar as terras de latifundiários Voz do Índio. **Porantim**. 1980, nº 19-20, junho/julho. p. 9.

